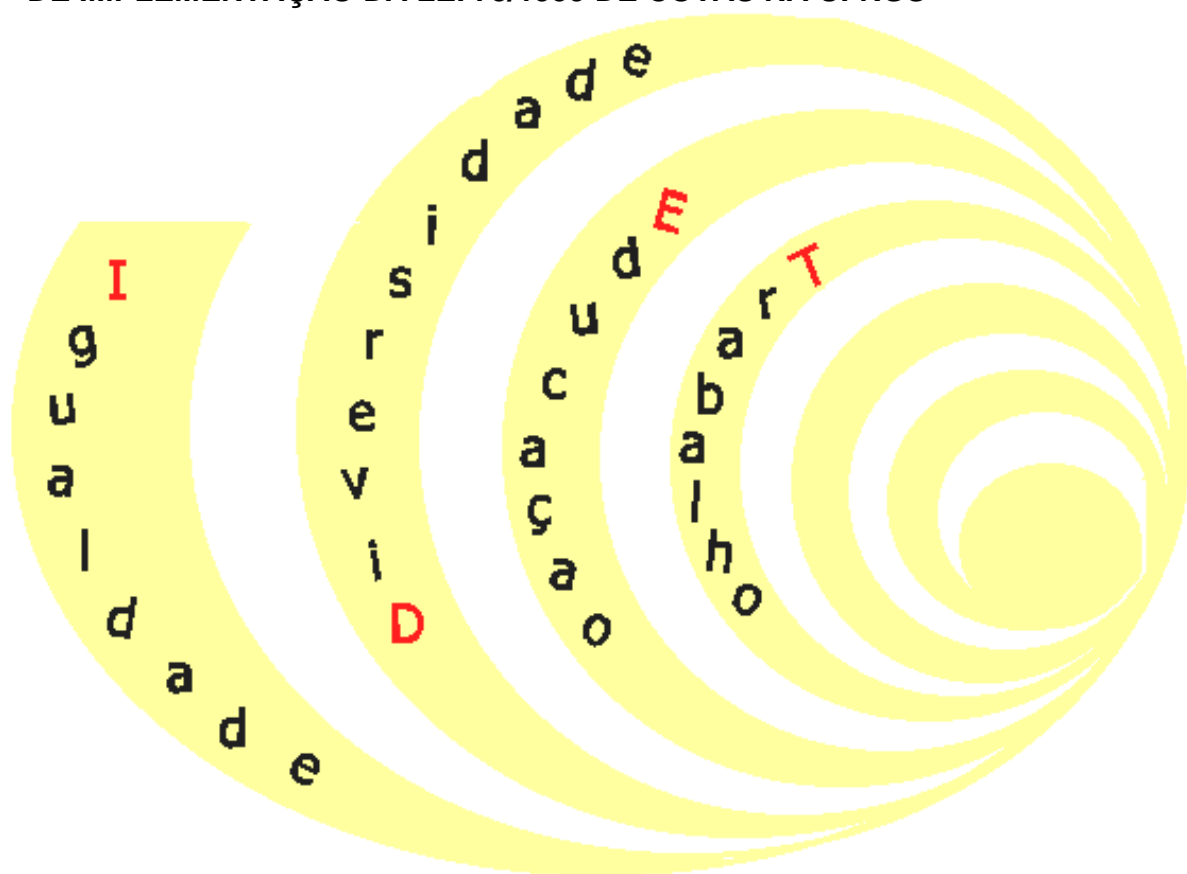


VERA ROSANE RODRIGUES DE OLIVEIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES: COTAS UMA QUESTÃO DE CLASSE E RAÇA - PROCESSO
DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 73/1999 DE COTAS NA UFRGS



Porto Alegre

2006

VERA ROSANE RODRIGUES DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES: COTAS UMA QUESTÃO DE CLASSE E RAÇA - PROCESSO
DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 73/1999 NA UFRGS**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito e para obtenção do
título de Mestre em Educação.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carmen Lucia Bezerra Machado

Porto Alegre

2006

Agradeço às companheiras e companheiros, que com suas vivências, lutas e experiências contribuíram para a construção dessa dissertação.

Aos meus filhos Juliana e Rafael, que com amor e afeto me incentivaram a continuar quando queria desistir.

Com carinho agradeço à meu Nego, Edson Augusto, que com cuidado e paciência me ensinou a lutar pela causa negra.

Em especial, a meus pais falecidos, Maria Helena e Raimundo Jorge, pois, sem seu exemplo de vida não me orgulharia tanto de ser quem sou.

À minha Yalorixa, que chamo de mãe pelo papel educativo e afetuoso que tem em minha vida.

À orientadora, Professora Carmen Machado, que há quase 20 anos vem me orientando e incentivando, no árduo caminho acadêmico.

A Malvina, Professora e amiga que me ajudou a conciliar a sociologia com a educação, a convicção com afetividade.

Aos colegas de trabalho, que muitas vezes fizeram minhas tarefas para que eu pudesse estudar.

Aos meus amigos militantes do PSTU, que muito contribuíram e contribuem, na busca da coerência entre a teoria e a prática revolucionária.

Aos amigos e parceiros do movimento negro, pois sem sua resistência cotidiana esta dissertação não teria sentido.

Às amigas que conheci no mestrado, Carmem Lisiane e Dircenara, as quais me apoiei muitas vezes para desabafar angústias e vitórias acadêmicas e pessoais,

Buenas! Agradeço a todos os Professores e colegas que conheci no mestrado, pois o diálogo permanente em aula muito me ajudou na conclusão desta etapa.

A meus 4 irmãos Renato, Rosimeri, Rinaldo e em especial o Ronaldo, que mesmo longe em afeto é meu sangue.

GRAVATA COLORIDA

Quando eu tiver bastante pão
para meus filhos
para minha amada
pros meus amigos
e pros meus vizinhos
quando eu tiver
livros para ler
então eu comprarei
uma gravata colorida
larga
bonita
e darei um laço perfeito
e ficarei mostrando
a minha gravata colorida
a todos os que gostam
de gente engravatada...

SOLANO TRINDADE: POETA DO POVO

Todas as revoluções são impossíveis,
Até que se tornam inevitáveis.

Leon Trotsky

RESUMO

Esta dissertação retrata o processo de implementação da LP 73/1999, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período de 2004-2006, que institui Cotas nas Universidades. Esta pesquisa procura analisar como a reivindicação de Políticas Públicas e Ações Afirmativas demandadas pelo movimento negro são contempladas, e quais as contradições geradas para os sujeitos sociais que estão inseridos ou não no processo. Com base nas contradições e antagonismos de classe a pesquisa apresenta uma perspectiva educacional na busca do respeito à pluralidade e diversidade sócio-racial, e quais os caminhos que uma ação coletiva que reúne o Movimento Social Negro, Poder Público e uma Instituição de Ensino Superior, no caso a Universidade, possibilita para a Formação de Professores que leve em consideração o contato a dominação de classes e combate ao racismo, onde se possa vislumbrar uma sociedade com respeito à diversidade sócio-cultural Brasileira.

Palavras-chave: Formação de Professores, Classe, Raça, Diversidade e Igualdade

RESUMEN

Esta disertación trata del proceso de implementación de la Lei 73/1999, que instituye Cuotas en las Universidades, en la Universidad Federal del Rio Grande do Sul en el período de 2004-2006. La preocupación de esta investigación es analizar como la reivindicación de POLÍTICAS PÚBLICAS Y ACCIONES AFIRMATIVAS demandadas por el MOVIMIENTO NEGRO son contempladas y cuales son los contradichos generados por las estructuras sociales para los sujetos sociales que están inseridos o no en el proceso de la lucha. En base en los contradichos y antagonismos de clase, esta pesquisa presenta una perspectiva educacional en la búsqueda del respeto a la pluralidad y a la diversidad socioracial. Presenta también los caminos que una acción colectiva que reúne el Movimiento Social Negro, el Poder Público y una Institución de Enseñanza Superior, la Universidad Federal do Rio Grande do Sul, posibilitan a la Formación de Profesores. Esa acción lleva en cuenta los contradichos de la dominación de clase y el combate al racismo, en lo que se pueda vislumbrar una sociedad que respete la diversidad sociocultural del pueblo Brasileño.

Palavras-chave: Formación de Profesores, Clase, Raza, Diversidad y Igualdad.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CIRCUNSTÂNCIAS QUE DÃO SENTIDO A DISSERTAÇÃO	11
2 DA DELIMITAÇÃO DO OBJETO E METODOLOGIA	26
2.1 DA DEFINIÇÃO DA PESQUISA	26
2.2 DOS OBJETIVOS	29
2.3 DOS QUESTIONAMENTOS	30
2.4 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
2.5 DO REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO	34
3 VIDAS SINGURALES E HISTÓRIAS COLETIVAS - DO ESTUDO REALIZADO E DAS VIVÊNCIAS NA UNIVERSIDADE E NO MOVIMENTO	45
3.1 HISTÓRIA INDIVIDUAL E HISTÓRIA COLETIVA	55
4 AS ORGANIZAÇÕES NEGRAS E EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA	75
4.1 A LUTA NEGRA PELA ESCOLARIDADE E A POLÍTICA DE COTAS	82
4.2 COTAS COMO POSSIBILIDADE DE PENSAR E REPENSAR O FAZER EM SALA DE AULA E NO COTIDIANO	86
CONCLUINDO O TEXTO PARA RECOMEÇAR O SONHO COLETIVO	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
APÊNDICE	106
ANEXOS	108

INTRODUÇÃO

Esta dissertação divide-se em 4 capítulos, os quais buscam apresentar os elementos que me possibilitaram entender a *Política Pública e Ações Afirmativas na Formação de Professores: Cotas Uma Questão de Classe e Raça – Processo de Implementação da Lei 73/199 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. O Capítulo Um - *CIRCUNSTÂNCIAS QUE DÃO SENTIDO A DISSERTAÇÃO*, traz o processo de transição do Projeto de Qualificação à Dissertação propriamente dita. Busquei retratar a angústia e aflição que passa um pesquisador em começar o processo da escrita e da pesquisa de campo. Entendo que quanto mais busquemos o uso da metodologia ou teoria adequada, existe uma dimensão subjetiva que necessita ser explicitada, neste caso, por estar estudando sobre algo que se materializa como ação através da discriminação, e contém uma série de subjetividades, e se expressa através de ideologias, do racismo, ou seja, a concepção de mundo necessita ser descrita.

O Capítulo Dois – Da *delimitação do Objetivo e Metodologia*, que é dividido em cinco subitens: Da Definição da Pesquisa, Dos Objetivos, Dos Questionamentos, Dos Procedimentos Metodológicos e Do Referencial Teórico Metodológico, se caracteriza por ser a parte mais complexa desta pesquisa. A minha história de vida e

acadêmica se fundamenta no Marxismo, no entanto, a realidade do estudo demonstrou a necessidade de autores de outras vertentes teórica. Assim, trabalhei com conotações trazidas por Gramsci, no que tange a concepção de Hegemonia e das Ideologias, construídas historicamente a partir de Stuart Hall. É neste capítulo que apresento o método de pesquisa e a mudança do objeto de investigação, bem como os principais conceitos desta pesquisa e os sujeitos sociais.

O Capítulo três – *Vidas Singulares e Histórias Coletivas – Do estudo realizado das vivências na universidade e no movimento*, possui subtítulos, - História individual e história coletiva. Foi de certa forma, o capítulo que mais me falou, pois ao descrever a história dos entrevistados, tanto os que busquei junto à UFRGS, como os que já havia entrevistado anteriormente e que algumas vezes necessitei algum comentário deram o sul da pesquisa.

Ou mesmo, ter a nitidez que minha história pessoal e de minha família apesar de única e semelhante à história não só dos alunos sujeitos sociais desta pesquisa, mas de muitos negros e negras, e que necessita ser escrita e reescrita para darmos não apenas cor a população Brasileira, mas diversidade à história de nosso país, a pretensão deste capítulo é apresentar a pesquisa de campo e os marcos investigativos, sobretudo mostrar como é rica a realidade cotidiana e como é importante a preocupação do pesquisador com os pesquisados e com sua própria experiência de vida.

O quarto e último Capítulo – *As organizações Negras e a Educação Anti-Racista*, também tem dois subtítulos, A luta negra pela escolarização e a política de cotas, o segundo que é: Cotas como possibilidade de pensar e repensar o fazer em

sala de aula e no cotidiano. Apresento neste a historicidade das organizações negras e os processos históricos de luta pela educação, bem como, as principais ações e leis que nos permitem entender como se chegaram a formulação de Políticas Públicas e Ações Afirmativas de Cotas nas Universidades. O Primeiro subtítulo traz brevemente os fatos desde as organizações de associações e agremiações na luta contra o racismo até a formação efetiva de ações de alfabetização propriamente ditas. E caracteriza como foram se desencadeando os processos de conferências, encontros e acordos até a formulação da Lei 73/1999. O segundo subtítulo dialoga com a perspectiva de uma preocupação que me acompanha bem antes da do ingresso no mestrado e que ao longo deste percurso somente foi me dando mais entendimento da importância da educação e da formação de professores para a diversidade de classe e raça. Apresento experiências de coordenadora pedagógica de um Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Combinada a ela, o estágio docente na disciplina de Sociologia da Educação e as palestras dadas na disciplina Identidade Docente. Essas vivências mesmo apresentando sentido nesta dissertação, são trazidas como elementos para se perceber que o fato de ingressarem alunos com realidades diferentes fazem com que a universidade comece a repensar sua perspectiva pedagógica, seja, pelos conflitos expressos ou não em sala de aula, seja, pela configuração da legislação que exige novas posturas e atitudes da instituição.

1 CIRCUNSTÂNCIAS QUE DÃO SENTIDO A DISSERTAÇÃO

Minha história é parte da história coletiva e como pesquisadora preciso situar o que apresentei em meu projeto de dissertação de mestrado intitulado: “A EDUCAÇÃO UM CAMINHO, AS ORGANIZAÇÕES COMO MEIO E A DIVERSIDADE COMO UTOPIA - Estudo da implementação do Projeto de Cotas na Rede Metodista de Ensino – IPA e as contradições de uma sociedade desigual”, quando escolhi como foco de meu trabalho de pesquisa, o estudo sobre a discriminação étnico-racial. Trazia como concepção de etnia o conceito do Dicionário de Relações Étnicas e Raciais, Bottomore (1996, p. 196-202) qual seja:

Em sua forma contemporânea, "étnico" ainda, mantém o seu significado básico no sentido em que descreve um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, ao menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns.

E ainda o conceito de raça extraída do mesmo dicionário, que é apresentada de três formas, como classificação, significante ou sinônimo. Observa idéias gerais cada um deles, no Projeto de Qualificação do Mestrado. Oliveira, (2005, p. 10-11).

O binômio etnia-raça tem conduzido minha prática. No entanto, no momento da defesa do projeto de dissertação ainda não o tinha de fato incorporado, não tinha

ciência do que significava para mim a concepção de etnia ou de raça. Uma das sugestões trazidas por uma das examinadoras do projeto de qualificação foi que eu conceituasse melhor as concepções que apresentava. Sugeri, ainda, que eu utilizasse o termo raça, pelo peso social que representa para o movimento negro, por tê-lo incorporado em seus discursos como mecanismo de combate ao racismo. Não tinha muito nítida estas distinções. Sabia, no entanto, que não desejava a entrar na polêmica antropológica: se o melhor termo é afro ou negro, perigo este que ao usar tanto a descrição de etnia ou de raça de forma isolada exigiria. Pois, uma das formas ideológicas construídas pelo racismo foi a teoria do branqueamento, ou melhor expresso, a da miscigenação. Esta induz à idéia de que no Brasil não há racismo, pois o país é miscigenado, nem tão negros, nem tão brancos. Bem, com a sugestão dada pela Professora Georgina de utilizar o termo raça, retomei a leitura de alguns autores como o Professor Wayaway Kidanda¹ da Universidade de São Paulo, que em seu texto - O momento de ebulição intelectual – apresenta, além da polêmica da normalidade intelectual do predomínio do grupo dominante, eurocêntrico, traz a questão da formação de uma sociedade étnica afrodescendente que se contrapõe a da raça social. Ele diz que:

Em torno dos princípios de afrodescendência, vão se acomodando as linhas de pensamento que têm mais intimidade com a religiosidade africana, com as comunidades de quilombo, com a história africana das sociedades tradicionais, com as culturas negras e com os problemas sócio-econômicos estruturais das populações afrodescendentes. No campo da raça social ficam mais evidentes os grupos de pensamento em torno do combate ao racismo como prática psico-social, os grupos de direitos humanos universais, os grupos que trabalham com o binômio classe e raça, numa perspectiva de encaminhamento de revisão do marxismo, que se assenta no eurocêntrismo ético. (2005, p. 3-4)

¹ O artigo do Professor ainda não foi publicado. Foi cedido ao Movimento Negro para discussão, por isso tive acesso ao conteúdo.

As idéias apresentadas pelo professor de fato encontram representação na realidade; no entanto, não encontrei até hoje nenhum negro que combatesse o racismo e ao mesmo tempo não fosse buscar um asé² em seu terreiro. Quero dizer com isso, que existe uma realidade encoberta e que necessita ser desvelada para entendimento da polêmica apresentada.

Mas ,como disse inicialmente, procuro não entrar na polêmica entre o termo afro e o termo negro. Então incorporei a contribuição do Professor Wayaway com relação ao conceito de raça enquanto um termo utilizado pela corrente de pensamento próxima ao Marxismo e que trabalha com o binômio classe e raça. Desta forma, busquei junto ao site do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes, em parceria com a Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, autores do movimento que trabalhavam a definição de raça. Entre os muitos trabalhos escolhi o livro Orfeu e Poder. Movimento Negro no Rio e São Paulo, do Cientista Político african-american Michael Hanchard, (2001), onde ele diz que o termo,

raça refere-se ao uso de diferenças fenotípicas como símbolo de distinção social. Significados raciais são, nesse sentido, culturalmente e não biologicamente construídos, distinguindo-se, a partir da inserção nestas categorias, lugares sociais dominantes e dominados. Raça é, assim, síntese de diferenças fenotípicas, mas também de status, de classe, de diferenças, em suam, políticas. De modo que podemos dizer que relações de raça são relações de poder. (2001, p. 243)

A percepção de raça enquanto lugares sociais e relações de poder, combinadas à noção de grupos que trabalham com o combate ao racismo e que

² Esta palavra escrita com X expressa a forma de linguagem do Português do Brasil. Visto que, é uma palavra de origem lorubana e no loruba não existe a letra X (nos alfabetos africanos), a escrita correta é com S, e acento agudo no E.

usualmente utilizam esta concepção, começa a configurar a idéia que intuitivamente concebia do termo. No entanto, existia ainda a necessidade de algo mais que contribuísse em minha investida na busca da conceituação do que afinal de contas penso sobre o termo raça. Para isso trago Stuart Hall (2003) que afirma que

conceitualmente, a categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuídas à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto àquelas entradas entre populações racialmente definidas. Raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, O RACISMO. (2003, p. 69)

Desta forma fecho a colcha de retalhos na busca da compreensão do conceito de raça, sem elaborar definições.

Trabalharei ao longo desta dissertação com a concepção de que raça, é um processo de construção social e política do movimento negro, baseado nas concepções teóricas do marxismo, ou seja, da distinção de classes sociais antagônicas, na qual as relações estabelecidas são relações de poder entre dominados e dominadores, que tem no racismo e na exploração de classe a sua base estrutural. E, entendo, assim, como Hall que o racismo como prática discursiva, possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a pseudo exclusão racial³ em termos de distinções genéticas e biológicas.

Faço ainda, a distinção entre racismo e pré-conceito, onde concebo como racismo a distinção entre os indivíduos em que a alguns coloca-se a impossibilidade de acesso a determinados recursos sociais. O pré-conceito faz parte de um

³ Korel Kosik no livro “Dialética do Conceito” propõe o termo pseudo-concreticidade. Aqui pseudo-exclusão está sendo utilizada como forma de entender que a exclusão não se refere a retirada da estrutura social vigente, pois os grupos ditos “excluídos”, só o são em relação ao mercado

processo de subjetivação aos indivíduos, que em determinados momentos pode assumir característica de possibilidade de exclusão, no entanto, diferentemente do racismo não está diretamente ligado às relações de possibilidade de poder, que determinam lugares e posições sociais.

O pré-conceito faz parte da subjetivação do racismo e deve ser combatido de igual forma, pois ele cria as categorias de distinção do que é ou não aceito, socialmente, mas é através dos mecanismos de dominação implícitos ao racismo que se consolida a exploração de classe, os postos de trabalhos com divisão de tarefas e os salários a serem pagos. determinando

Assim, com o propósito de analisar que explorações capitalistas criam os mecanismos de dominação racial e as contradições vividas pelo movimento negro em suas reivindicações de políticas públicas é que apresento a problemática da implantação da LP 73/1999, que institui As Cotas para negros no Ensino Superior.

Primeiramente tenho de ressaltar algumas questões que me “pegaram de surpresa” ao decorrer da feitura desta dissertação. Quais sejam; o projeto de dissertação estava imbuído em analisar a LP 73/1999 de Cotas juntamente com a Lei 10.639/2003 que trata do Ensino da História da África, e as histórias dos negros no Brasil, onde buscava através de uma análise comparativa ,ver as contradições que a sociedade capitalista apresenta por meio dos mecanismos de dominação racial. Para isso, tinha como objeto a análise da implementação do Projeto de Cotas na Rede Metodista de Ensino – IPA, tendo como público alvo os alunos que

consumidor, pois permanecem parte da estrutura como exercito de reserva, tanto para o trabalho como para o possível consumo.

usufruem das cotas, os professores e agentes do movimento negro prevendo uma série de entrevistas.

Bem, parafraseando a premissa marxista, afirmo que a realidade objetiva é mais rica e complexa do que nossa vontade e imaginação, pretendem por isso, passado o período da qualificação do projeto e na busca de materialização da dissertação, compreendi o que a banca examinadora havia sugerido quando disse que eu deveria focalizar o objeto de pesquisa em apenas um aspecto. Visto que, fazer uma dissertação trabalhando regularmente, na jornada própria de servidora pública desta Universidade, ainda dar conta da vida familiar e cotidiana, sem financiamento, e com o tempo que dispunha para conclusão do curso, não conseguiria concretizar o que **havia me** proposto fazer. É fato que o caminho que deveria escolher tinha de levar todos estes elementos em consideração, mas saber definir meus propósitos segundo a realidade que dispunha era fundamental.

Outro elemento importante que me fez repensar os caminhos a serem trilhados foram: a dificuldade que encontrei em conseguir entrevistar as pessoas responsáveis, na Instituição prevista pela implementação do Projeto de lei; e em seguida as primeiras entrevistas realizadas que trouxeram informações que percebo importantes para dialogar com outra forma de abordagem metodológica, que me permitisse ir ao encontro da hipótese geradora de minhas indagações enquanto, mulher negra, trabalhadora e militante, em especial, pesquisadora sobre as questões raciais no âmbito da educação, através da implementação de ações afirmativas e políticas públicas que envolvam esta problemática.

Dado todos os elementos objetivos que me movem a reorientar os caminhos que trilhei, existe um elemento subjetivo importante a salientar, ou seja, o deslocamento provocado em mim, após passado um tempo da defesa do projeto de qualificação. Deslocamento esse que me fez compreender mais uma vez o que a banca examinadora de forma muito carinhosa e enfática, quiz dizer ao falar que meu projeto continha sonhos e aspirações de uma vida inteira. Num primeiro momento, procurei entender além do que apenas a racionalidade permitia. Então, passei a indagar, o que será de fato que as professoras da banca desejavam me dizer? Seria apenas a questão de tempo? Ou ainda, eu teria divagado demais e por isso o trabalho perderia a objetividade científica necessária?

Após passar por um período de crises, de angústia e inquietações, entendo que por mais familiaridade que se tenha com a problemática de pesquisa, ou por mais importante que sejam nossas preocupações, existem limitações circunstanciais que não nos permitem materializar o sonho de uma vida inteira em uma dissertação. E, nem deve ser esse o nosso propósito. Cabe ao pesquisador ter esta compreensão, pois os sonhos da vida toda são fundamentais para nos mantermos vivos, mas até mesmo se queremos não apenas sonhar devemos saber como colocá-los em nossa realidade de forma objetiva e metódica.

Com isso, com a carinhosa e eficiente orientação da Professora Carmen Machado, e ainda, através da leitura do livro do Professor Triviños (2001, p. 15), Bases Teórico-Metodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais, quando ele enfatiza que “*Não existe pesquisa sem um problema de pesquisa(...) Às vezes, a busca do problema de pesquisa torna-se um pouco traumático(...). Se o investigador não puder contar com uma boa orientação,...*”. E mais, a questão que subjetivamente

me possibilitou encontrar o sul nesta dissertação, foi uma frase dita pela Professora Malvina durante sua arguição, na banca de qualificação do projeto, qual seja: (...)A Vera trabalha na gestão de políticas públicas nesta universidade e conhece bem esta realidade”. Bem, com todas estas contribuições consegui compreender onde se encontraria a Vera da “militância do movimento negro”, a Vera gestora em uma Universidade Pública e, essencialmente a Vera mulher negra e Pesquisadora. As indagações que me movem a pesquisar não são apenas de cunho acadêmico, mas reúnem elementos de uma vida toda, o que me torna única neste espaço e tempo, e absolutamente igual a milhares de homens e mulheres negras que vivem as contradições entre as explorações capitalistas e os mecanismos de dominação racial.

As contradições entre as explorações capitalistas e os mecanismos de dominação racial a que me refiro são as contradições do mundo do trabalho e da escolarização, que podemos observar, através das pesquisas estatísticas, tanto do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como do INSPIR, Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial. Utilizo a pesquisa do INSPIR do ano de 1995, em que ela divulga o mapa da população negra no mercado de trabalho e constata que, nas principais regiões metropolitanas do Brasil, as crianças e jovens negros começam a trabalhar mais cedo comparativamente aos brancos. A jornada de trabalho dos negros é duas horas superior a dos brancos e 44% dos negros encontram-se em situação de vulnerabilidade ou condições precárias de trabalho. O desemprego entre negros é 40% superior a dos não-negros. No que tange à educação os dados estatísticos continuam mostrando as diferenciações, ou seja, atualmente quando se calcula a média nacional de analfabetismo, segundo informações do IPEA, teríamos algo em torno de 18% em geral e em termos raciais

40% são negros. Com relação ao tempo médio de escolarização, temos os jovens negros que encontram-se na faixa de 25 anos de idade, com um média de 6,1 anos de estudos para 8,4 anos os jovens brancos. Vemos que 23 milhões de crianças não têm acesso à escola. Destas, cerca de 20 milhões são negras. No ensino médio observamos que 47% dos negros não concluem o curso e a evasão escolar atinge 65% dos jovens negros.

Digo assim que as contradições e explorações capitalistas que aqui trago e entendo ter como constitutivo a dominação racial são estas que permeiam nosso cotidiano e que as analiso.

Ter este entendimento contribuiu no processo de elaboração da escrita, mas ainda existiam elementos que necessitavam de um certo ajuste para dar sentido ao processo de escrita. Quanto aos pareceres entregues pelas Professoras Marlene e Georgina, existiam uma série de contribuições com as quais, senti necessidade de dialogar. Desde focar a análise da LP 73/1999, ou a sugestão de começar a escrita pelo problema e objetivo, ou a sugestão de ler o Stuart Hall, que com muito carinho me foi presenteado (o livro) pela Professora Georgina, após o termino da defesa do projeto de qualificação, na busca de contribuir na delimitação de alguns conceitos que deixei em aberto, ou que apresentei como nota.

Bem, com tantos desafios escolhi iniciar lendo e relendo Stuart Hall, que é o autor mais conceituado com relação às questões multiculturais, e que apresentei anteriormente através da conceituação de raça. Também li autores que desconhecia como o africano naturalizado brasileiro, o Professor Wayway Kidanda, da USP, e muitos outros que dialogarei nesta dissertação. Trago ainda, outros momentos

reflexivos na definição dos caminhos de pesquisa, como a apresentação do projeto de qualificação, que traduz um momento importante na elaboração desta dissertação. Tempos antes da apresentação do projeto, fui mostrar a proposta à minha mãe de Santo, ou também chamada Yalorixá. E quando explicava para ela o que eu buscava apresentar na pesquisa ela diz:

- Ah! A questão da igualdade, do equilíbrio racial ou econômico, juntamente com a ciência e a escrita, pra nós o Orixá que trata destas questões, aqui no Batuque do sul, é Xangô.⁴

Eu disse: Como assim?

- Ora, Xangô é simbolicamente representado em nossa religião pela balança que significa o equilíbrio ou desequilíbrio. E é, ele também, o orixá que simboliza a ciência e a escrita. Tanto é que um dos elementos de Xangô é o lápis e o papel. Nosso povo trabalha muito com a oralidade, mas em nossa visão de mundo, a escrita é da Nação de Xangô. E mais, como tu estás apresentando a desigualdade que vive nosso povo tu tem de mostrar o que para nós negros é o principio de tudo, nossa compreensão de circular ou de circularidade. Pra nós como não existe o bem e o mal, também nada tem apenas fim, é sempre um novo início. As coisas estão em constantes movimento e processo, por isso nossas religiões foram e são o nosso maior ponto de resistência.

⁴ Todos os depoimentos dos entrevistados durante o processo de pesquisa serão registrados utilizando a letra itálica ao longo do texto, neste mesmo formato. Os registros das entrevistas e das observações serão identificados quando autorizados e serão apresentados de forma genérica segundo o critério que indica sua inclusão no grupo (professor, aluno, militante) e identificados com um número seqüencial. Sempre que possível será preservada a íntegra da fala para permitir ao leitor entender o que diz o sujeito da pesquisa enquanto tal e não apenas no recorte que possa ser pensado por mim, enquanto pesquisadora.

Tenho que admitir que uma mulher negra de quase 60 anos de idade, e mais de 20 anos de Feitura no Santo, aposentada como técnica em enfermagem conseguiu sintetizar os elementos que são importantes tanto para apresentação do que desejava mostrar, e mais, deu a tônica que me faltava para dizer: porque nossa religiosidade têm sentido impar em nossa construção social. Com a lição dada por minha Yalorixá abri a apresentação do projeto com a balança de Xangô, pondo nos pratos da balança de um lado os elementos de exploração e dominação racial e de outro os explorados e dominados.

Apresentei também, a educação como um dos caminhos possíveis para mudança de idéias e concepção dos preconceitos e discriminações. E entendo por racismo o ato ou efeito de dar nomes as diferenças, seja de raça, gênero, orientação sexual, religiosa e impedir ou prejudicar alguém, segundo uma relação de poder estabelecido. Com isso, o sentido mais importante me foi apresentado por Vera Soares, minha mãe de Santo, ou seja, como é que com nossa forma “mítica” vemos e explicamos o mundo através de nossos processos organizativos. Com este entendimento apresentei as organizações negras enquanto parte constitutiva de um processo circular e constante que cria e recria, `a luz das transformações históricas, formas alternativas de constituir mecanismos capazes de promover pequenas mudanças em uma sociedade marcada pelas desigualdades.

Na apresentação me foi perguntado como eu conseguia trabalhar as contradições de minha religiosidade e racionalidade científica. Buenas! Parei, pensei, e não tive respostas. Mas agora consigo compreender que quando falo nas organizações negras, e seus processos de resistência e contradições, devo ter em consideração todos estes elementos aglutinados, pois foi e é, o que historicamente tem contribuído para nossa saúde mental, emocional e em nossa construção social⁵. A contradição não está em eu acreditar em uma concepção de mundo diferente, expressa pela religiosidade, mas está em como ser negra em uma sociedade que a todo o momento diz que os negros estão no lugar da invisibilidade ou da inferioridade. Uma sociedade que não permite que os elementos de nossas

⁵ Sempre que uso o pronome possessivo na primeira pessoa do plural estou me referindo ao que vejo como condição coletiva dos negros e negras que vivem em nosso país.

tradições que são preservados através de nossas crenças sejam vistos como um legado de contribuição social.

Esses fatos possibilitaram entender esta pesquisa enquanto uma das formas de contribuição do conhecimento e da tradição da população negra, que vem se mantendo pela oralidade e necessita que seja escrita através dos elementos valorizados pela sociedade, que é a ciência, sem abrir mão dos valores e das tradições neles contido. Ao longo deste processo de pesquisa, que foi uma busca e um conflito permanente entre a cientista, a mulher negra e a educadora, enfatizo que só em ter o movimento de fazer e me re-fazer enquanto parte deste todo, dá valor a esta dissertação. Durante muito tempo, tive um receio em escrever sobre as questões raciais que aqui apresento, por no fundo ser algo que eu mesmo enquanto cientista ou mesmo militante não tinha resolvido para comigo.

A outra questão que necessita ser explicitada é a contribuição⁶ que as entrevistas possibilitaram na reorganização da forma de abordagem do problema de pesquisa. Ou seja, o primeiro aluno a ser entrevistado, salientou que:

Há um equívoco quando se fala em cotas no IPA, pois as pessoas expressam o que é cotas, mas esquecem de especificar que é cota de bolsas. Porque até então as cotas que está para ser implementadas nas Universidades Federais, pelo que eu sei, tem um privilégio de passar por um sistema de avaliação diferente do sistema que o IPA ta colocando. Pois o sistema do IPA tu passa primeiro por uma pré-seleção econômica, onde diz se tu ta apto ou não a concorrer para uma bolsa. Após esta pré-seleção tu faz o vestibular como todos os outros (aluno 1).

Juntamente com esta informação veio a informação trazida por um professor entrevistado, que disse:

A idéia de bolsas do IPA, uma Escola classe média e classe alta, que para fazer seu papel social, é através do atendimento de pessoas oriundas das classes populares. O projeto de implantação de um sistema de renovação do IPA, pois o modelo estava esgotado e precisava se discutir novas alternativas em termos de educação. A própria Igreja Metodista, ela

⁶ As idéias dos entrevistados mesmo que aparentemente longas são apresentadas como unidades de expressões, a fim de que o leitor, possa conhecer o contexto das afirmações que problematizo.

tem documentos com posturas avançadas no ponto de vista social, mas no entanto na sua prática continuavam as mesmas de trabalhar com as elites. E por outro lado a instituição estava envelhecendo e com propostas muito antigas e nem a sua própria elite estava querendo este projeto. - A elite não querendo o projeto! O projeto não se renovando para atender a elite do jeito que o sistema quer, e nem para atender as classes populares do jeito que os documentos diziam que deveria fazer. Isto levou o Conselho Diretor a criar um grupo para fazer uma proposta de reformulação da Instituição com coordenador acadêmico do processo de transição para fazer um projeto de criar um Centro Universitário do IPA de um lado e criar dois Colégios IPA e Americano, e um novo Colégio (Professor 2).

Estes fatos mostraram que não se tratava estritamente da LP 73/1999 em uma Universidade Privada, mas que tinham elementos inspirados nesta Lei que contribuíam na análise. E mais, como além de mestranda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sou também servidora da mesma, comecei a observar o movimento demandado pelos alunos da Graduação e alguns Professores da Universidade para a formação de um Grupo de Trabalho denominado GT Anti-Racismo. Como militante do movimento negro fui convidada a participar de uma reunião deste grupo. Nela seria discutido um manifesto e mecanismos de organização da reivindicação de cotas na UFRGS. Este processo gestado por estudantes da universidade, professores e organizações do movimento negro e indígena, consubstanciou um documento a ser entregue às instâncias dirigentes da universidade. Este fato, pela importância que teve na articulação da gestão pública, com as políticas públicas demandadas pelo movimento negro e pelos sujeitos sociais, neste caso, negros e não negros permitiu assim, o diálogo que eu esperava encontrar na rede metodista de Ensino – IPA, realizar-se na UFRGS.

Outro fator sumamente importante a ser descrito neste processo de construção dos passos desta pesquisa é a experiência em sala de aula com os alunos das Licenciaturas na Faculdade de Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tanto o estágio docente que fiz, na disciplina de Sociologia da

Educação (EDU 01) no primeiro semestre de 2005⁷, como o convite feito por duas Professoras da disciplina Identidade Docente (EDU 02), inserida no Currículo da Faculdade de Educação, no primeiro semestre de 2006⁸. Fatos estes que foram importantes para dimensão pedagógica desta pesquisa. Experiências estas em que tive como base a interlocução sobre as questões raciais, de gênero e classe, na formação de Professores e a importância de termos mais alunos negros e negras no espaço de sala de aula, de forma a vir refletir não apenas uma constituição numérica social plural, mas um processo pedagógico pensado em perspectiva de diversidade.

Uma vez que, o racismo se expressa de forma quantitativa, mas é um processo de construção ideológica, que se caracteriza pelas manifestações culturais e de conhecimento dominante, é necessário não apenas aprovarmos mais negros no ingresso à universidade, mas refletirmos pedagogicamente este processo de mudança. Por isso, a experiência nas disciplinas ministradas possibilitou fazer um pequeno ensaio de como trabalhar estas questões em sala de aula. Esperava encontrar esta preocupação pedagógica na rede metodista de Ensino – IPA, mas, pelo menos nas entrevistas que fiz com os alunos e através do relato do professor que entrevistei, percebi que esta dimensão, até o momento, não foi a preocupação da Instituição. Perguntei aos alunos como eram trabalhadas as questões raciais no espaço de sala de aula, e eles me disseram que não era trabalhado. Mas, ao mesmo tempo, me informavam que havia conflitos em sala de aula devido a estas questões.

⁷ Trabalhei com duas turmas a “A” e a “B”, num total de 20h. Onde tive quase 60 alunos e apenas 5 deles eram negros.

⁸ Disciplina EDU 02 Identidade Docente. Três turmas, onde trabalhei com quase 60 alunos, onde 5 deles se identificavam como negros.

Perguntei ao professor qual era o ambiente de reflexão que foi construído pela instituição para receber os alunos oriundos das cotas. E o professor salientou que no início do processo, fizeram uma palestra, mas que existem problemas, não apenas com relação a estas questões, mas mesmo com as disciplinas de caráter mais humanista que são ministradas em um auditório para 300 pessoas, não possibilitando assim, um ambiente propício para discussão. Estes fatores combinados permitem uma maior compreensão entre o dito e o feito, entre a vontade e a realidade, e mais ainda, entre a demanda e as formas em que elas vão se consubstanciando na realidade.

Com todos os elementos aqui apresentados e que pude aglutinar, é que início com os objetivos e questionamentos que vêm contribuir para o problema de pesquisa: “Quais as contradições existentes nas relações entre as demandas do Movimento Negro, o que foi garantido na legislação conquistada e o que, de fato, está sendo colocado em prática?” Sendo este o problema desta dissertação.

E tenho como concepção que as explorações geradas pela divisão social do trabalho necessitam constituir a divisão entre os trabalhadores se fundamentando no racismo, discriminação, machismo, as homofobias e todas as formas de intolerância. Mas a luta demandada pelo movimento negro assume um papel de vanguarda na luta social geral, pois as reivindicações ao assumirem a forma de políticas públicas ou ações afirmativas fazem com que todos os trabalhadores sofram as conseqüências positivas ou não deste processo, sendo assim, necessário à reorganização da correlação de forças para o surgimento de uma contra-hegemonia.

2 DA DELIMITAÇÃO DO OBJETO E METODOLOGIA

2.1 DA DEFINIÇÃO DA PESQUISA

Encontrei dificuldade para re-organizar o foco da pesquisa e ao delinear-lo, não foi menos complexo contextualizar o problema de pesquisa. Precisar o que tangencialmente é relevante para análise foi uma tarefa muito árdua. Mas como se diz no Terreiro, a força dos Orixás sempre nos mostra o caminho. E somente o Orixá Tempo pode me ajudar. Assim, consegui, não apenas com auxílio trazido pela análise do Programa de bolsas da Rede Metodista de Ensino, iniciado em 2004, e que, deixou de ser o lugar da investigação de campo e acolhida da amostra desta pesquisa. As entrevistas e diálogos da Instituição, mesmo que na informalidade, contribuíram para consubstanciar os caminhos a serem trilhados nesta dissertação. Por todas as dificuldades encontradas na coleta da amostra da pesquisa e no lugar de observação, passei a busca dos dados de observação para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da experiência de implementação da Política de Cotas, que vem sendo construída por um grupo de alunos, professores e representantes dos movimentos sociais, negro e indígena, intitulado GT de ações afirmativas, constituído em 2005. E pela observação participante em algumas reuniões de grupos do movimento negro. O primeiro grupo, o CRAB – Centro de

Referência Afro Brasileiro do Rio Grande do Sul, que tem finalidade a formação do Centro de Referência da Cultura Negra em Porto Alegre. E que, reúne varias organizações do Movimento Negro de Porto Alegre, que são desde ONG's, Terreiros de Matriz Africana, Entidades Culturais (de Samba, Capoeira, etc), Entidades Cooperativas (Cooperativas das costureiras do Morro da Cruz, Cooperativa de Moda e etc) ou mesmo, Entidades com características mais políticas, conhecidas como típicas de movimento de estrutura nacional, como a UNEGRO União pela Igualdade de Negros, e o FEAEN/CONEN – Fórum de Articulação de Entidades Negras do Rio Grande do Sul, filiado a Coordenação Nacional de Entidades Negras. E o segundo grupo, o qual faço parte como militante o MNU - Movimento Negro Unificado, que e uma Organização com fim mais político e de Ação para o Combate ao Racismo, Fundado em 1978, e que aglutinou-se ao GT – Ações Afirmativas juntamente com outras Entidades, ONG's e Terreiros do Movimento Negro para construírem o processo da Política Pública de Cotas na UFRGS. Fez parte ainda, dos elementos que contribuíram para feitura desta dissertação as aulas que ministrei em meu estágio de docência orientado, no primeiro semestre de 2005, na disciplina de Sociologia da Educação na Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e as palestras ministradas em três turmas da disciplina Identidade Docente da FACED. Nas duas experiências tive como preocupação a busca de elementos teóricos para a Formação de Professores para diversidade racial.

É importante descrever este percurso, pois diferente do esperado quando do projeto de dissertação, onde me planejei para selecionar certo número de entrevistas entre alunos, professores do IPA e da ONG Centro Ecumênico, o planejado, nem sempre é o possível de ser realizado, pois realidade é sempre dinâmica. Com os

alunos bolsistas não encontrei problemas para obter entrevistas, desde a época do projeto de qualificação, no entanto, percebi com as primeiras entrevistas que a problemática da pesquisa é inédita. Necessita ser estudada, conhecida, compreendida e transformada.

Precedia especificamente o acesso às informações dadas pela Direção responsável pelo projeto. Após varias tentativas tanto por telefone, como por via eletrônica, conforme e-mail em apêndice (A), com os responsáveis pela Instituição, me foi indicado a ONG Centro Ecumênico de Cultura Negra como contato para entrevista. Mais precisamente entre março e abril de 2006, busquei nova forma de contato com o IPA, e recebi uma outra indicação de nome de contato da Rede Metodista, deixei recados na secretaria eletrônica e não tive nenhum tipo de retorno. Também, fiz várias incursões tanto, por telefone, quanto por e-mail para conseguir o acesso junto ao Centro Ecumênico e não obtive retorno, sequer dos e-mails encaminhados conforme solicitação do próprio Centro, informando do que se tratava a pesquisa e sua vinculação Institucional. Tenho como conjectura que o fato de eu ser militante do movimento negro e de um partido político possa ter influenciado no fato do CECUNE não me conceder entrevista, mas, de fato, isso é só uma suposição ancorada na experiência de vida.

Desta forma, como alternativa a falta de informações primárias, e o objetivo central desta dissertação não era o estudo de caso do IPA, e sim, a análise das relações e contradições entre a implementação de Ações Afirmativas e Políticas Públicas, LP 73/1999, e os processos constituídos como forma de combate ao Racismo e a Discriminação racial do movimento, é que busquei como alternativa para continuidade desta investigação: o Movimento de Cotas demandado pelo

Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e dos Movimentos Sociais, Negro e Indígena na UFRGS.

2.2 DOS OBJETIVOS

Do projeto de pesquisa a pesquisa propriamente dita, foi necessário reorientar os objetivos e os questionamentos, não apenas devido às dificuldades encontradas na coleta dos dados, mas, sobretudo pelo foco amplo em que estavam orientados os objetivos e os questionamentos no projeto. Uma das orientações sugeridas pela banca examinadora foi a delimitação do foco da pesquisa, pois a análise das duas Leis a LP 73/1999 e a Lei 10.639/2003, por mais pertinente que seja seu estudo, necessitaria um tempo superior ao que dispunha para execução da dissertação.

Com base nesta trajetória tenho como problema desta pesquisa *“Analisar a partir da LP 73/1999, que institui cota nas Universidades quais as formas que estão sendo gestadas no processo de implementação de Cotas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período de 2004 a 2006, e descrever quais as contradições criadas pelos mecanismos de dominação racial”*.

O objetivo geral é conhecer quais as contradições entre o que é reivindicado através da LP 73/1999, que institui cota nas Universidades, como Política Pública de Ação Afirmativa de combate ao racismo, e quais as práticas de implementação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período de 2004 a 2006 em Porto Alegre - RS. Saber se o movimento constituído no processo reflete em sala de aula.

Os objetivos específicos são assim propostos:

- 2.2.1 Conhecer as reivindicações de políticas públicas e ações afirmativas do movimento negro no tocante à educação;
- 2.2.2 Caracterizar se há interface entre estas reivindicações trazidas pelo movimento negro e as políticas públicas e ações afirmativas instituídas nos espaços pesquisados;
- 2.2.3 Analisar se o movimento desencadeado pela exigência de cotas na universidade se reflete no fazer acadêmico.

2.3 DOS QUESTIONAMENTOS

- 2.3.1 O movimento negro vê relação entre o processo educacional e o mundo do trabalho?
- 2.3.2 Existe antagonismo entre as reivindicações de políticas específicas para negros na educação os processos de implementação das mesmas em esferas públicas?
- 2.3.3 Como é visto pela comunidade escolar a LP 73/1999 de Cotas para negros na UFRGS?

2.4 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com os objetivos e questionamentos e a hipótese apresentada utilizei como Método de Pesquisa Científica, a de natureza Qualitativa, fazendo uso das técnicas de observação participante, tendo como procedimento principal a entrevista semi-estruturada.

A observação participante foi adotada como uma forma de trabalho de campo, atentando para a “perspectiva humana” e o caráter “peculiar” do comportamento das pessoas em grupo e da sociedade como um todo. cuidando os problemas de “contaminação” que podem interferir no trabalho do observador, tais como a diretividade do entrevistador, as questões de seus valores e conceitos colocados a priori. dentro o processo de observação participante estão inseridas a entrevista semi-estruturada, pois acredito que toda organização em sociedade está assentada nos sentidos que os indivíduos elaboram ao longo de um processo de construção/produção de conhecimento.

E ter esta preocupação foi um dos elementos que me fez ter cuidado junto aos entrevistados. Faço parte da comunidade universitária, como servidora e estudante, e sou militante do movimento negro e sindical, e ainda, como pesquisadora, tenho de saber dar o distanciamento necessário entre minhas concepções e o que os sujeitos sociais me dizem. E mais, saber que a ciência não é neutra e o pesquisador, por mais bem intencionado que seja, de uma forma ou outra, influencia no processo de investigação. Com isso, me senti desafiada! Visto que, exigiu da minha parte deixar as pré-noções de militante ao largo e procurar ser a socióloga pesquisadora que tem aqui uma tarefa educacional junto aos sujeitos

sociais, mesmo tendo consciência de que não sou neutra, devo cuidar com minhas pré-concepções, mas mantendo o cuidado necessário de ao entrevistar estar com os indivíduos e não apenas falar sobre os indivíduos. Chesneaux (1965), trago esta concepção do autor para expressar a preocupação que o pesquisador deve ter com os indivíduos, ou seja, como o dito por ele: *não apenas entender a história sobre os indivíduos, mas trabalhar com os indivíduos.*

Não quero dizer com isso que os pesquisadores, sociólogos ou educadores não assumam postura de classe frente a seus papéis sociais. Assumem sim, pois parto do princípio trazido por Gramsci de que um intelectual orgânico é aquele comprometido com o lugar de onde fala. Ou seja:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político, (Gramsci, pa. 82.).

Assim, minhas concepções e convicções estão permeadas neste processo, desde o objeto que escolho para analisar até a forma de inserção no diálogo e que constitui minha teoria e prática.

Nesta interação o observador participante deve compartilhar das atividades de vida e dos processos subjetivos que ocorrem no cotidiano dos grupos, porque ele passa a fazer parte do contexto no qual ele “modifica” e é “modificado”. Assim, a observação não deve ser encarada como simples técnica de coleta de dados, mas como uma metodologia capaz de captar da melhor forma, o sentido encoberto da ação humana.

O observador participante deve ter habilidade como: estabelecer uma relação de confiança com os sujeitos, ter sensibilidade com as pessoas, ser bom ouvinte, formular perguntas compreensivas, ter familiaridade com as questões investigadas, ter flexibilidade para adaptar-se a situações inesperadas e não ter pressa de identificar padrões ou atribuir significados aos fenômenos observados.

Assim, comecei a buscar contatos para coleta das entrevistas junto ao GT Anti-Racista da Universidade Federal. O primeiro contato que fiz foi com uma aluna do Instituto de Letras, que conheci através do Projeto Pré-Vestibular Afro Indígena Diversidade da UFRGS, o qual fazia a coordenação pedagógica durante o ano de 2003. Ao entrevistar a aluna “Luanda” me foram indicados por ela, mais 3 alunos para entrevistar e dois professores, e ainda, alguns contatos do movimento negro. Evidencio que por ter participado de ações de manifestação públicas chamadas por este grupo, e por ter ido a algumas reuniões do GT representando a organização do movimento negro da qual faço parte, já conhecia os sujeitos que compõem o GT. Mas, no momento de escolher a amostra para pesquisa optei por escolher um contato de referência e deixar o entrevistado ou os entrevistados constituírem a rede de entrevista da amostra.

Desta forma a amostra foi constituída de sete entrevistas com participantes do GT Anti-Racista da Universidade, sendo que duas são alunas dos cursos de Letras e Biologia, um é professor da Faculdade de Educação, e dois são representantes de Organizações do Movimento Negro, um do MNU e outro do Fórum Estadual das Religiões de Matriz Africana. Observei através das entrevistas que necessitava de uma visão Institucional do processo, por isso, entrevistei também, o Pró-Reitor de Graduação, que faz parte do Grupo Institucional criado pela

universidade, e o Secretário de Assuntos Acadêmicos, que é quem tem um contato mais direto com o GT Anti-Racista e, também, faz parte do Grupo Institucional.

Os resultados obtidos não têm caráter generalizante. Eles são úteis para fornecer “insight” sobre o lado subjetivo dos estudos e pode sugerir novas variáveis que podem levar a uma reorganização da pesquisa. Deste modo esta pesquisa aponta para a necessidade de uma certa forma para a abordagem da análise do movimento de Cotas em outras dimensões para além do aspecto do ingresso de estudantes negros e indígenas, e ainda, para uma preocupação com a permanência dos mesmos, conforme o expresso em todas as entrevistas.

2.5 DO REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

O referencial teórico metodológico desta dissertação se apóia nos princípios do Materialismo Histórico e Dialético, por entender que as condições expressas pela sociedade dividida em classes através do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, das condições materiais de existência estão diretamente ligadas a um conjunto de idéias, representações que se traduzem no racismo.

Antes de abordar os recursos metodológicos trago o movimento percorrido para a compreensão do Materialismo Histórico Dialético enquanto um método científico que corresponde a uma série de peculiaridades necessárias para a sua utilização. Na elaboração do projeto de dissertação apresentei as principais categorias que entendia serem importantes na construção da pesquisa qualitativa que utiliza o referencial teórico do materialismo dialético, no entanto, desconhecia

em profundidade a lógica intrínseca entre as categorias do método materialista, tinha uma noção apenas de como trabalhar com esta metodologia.

Como tudo na vida, após o conhecimento racional temos conhecer através dos sentidos que as expressões em nossa vida. Trilhei um caminho em busca de estudar e compreender para além do conhecer e sim, ver o sentido que expresso.

Usando as palavras de Marx, a realidade objetiva é sempre mais complexa que nossa intencionalidade. E foi com este entendimento que retomei as leituras da Crítica da Economia Política para caracterizar melhor o Materialismo Histórico Dialético, e ver as possibilidades de compreensão do problema de pesquisa que é: ***Quais as contradições existentes nas relações entre as demandas do Movimento Negro, o que foi garantido na legislação conquistada e o que, de fato, está sendo colocado em prática?*** Como teoricamente sou oriunda de uma tradição Marxista sei da importância de eleger entre as várias categorias do materialismo, as que possam de fato contribuir nesta construção, devido ao curto espaço de tempo que dispunha para conclusão. Não basta o pesquisador eleger as categorias a serem utilizadas, existe uma coerência interna na utilização que não é determinada aleatoriamente e sim, pelas relações estabelecidas pelo sujeito ou como se diz sociologicamente, pelo problema a ser investigado. Ou seja, devemos partir sempre do real concreto, para abstrair e retornar ao real. Ou como expresso por (MARX, 1982, p. 18):

Do mesmo modo que em toda ciência histórica e social em geral é preciso ter sempre em conta, o propósito do curso das categorias econômicas, que o sujeito, nesse caso, a sociedade burguesa moderna, está dado tanto na realidade efetiva como cérebro; que as categorias exprimem, portanto formas de modos de ser, determinações de existência, freqüentemente aspectos isolados dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por conseguinte, essa sociedade de maneira nenhuma se inicia, inclusive do ponto de vista científico, somente a partir do momento em que se trata dela como tal.

Percebi que para tratar as questões de exploração e de discriminação não bastava apenas coletar dados, realizar entrevista, pois, para dar sentido à pesquisa eu necessitei de informações complementares que os entrevistados me indicaram e que as entrevistas por si não respondiam, ou mesmo o fato do método materialista exigia uma coerência entre as categorias a serem utilizadas. A partir destas informações busquei outras complementares nos veículos de comunicação de massa, nos debates expressos por vários intelectuais nos principais jornais do país.

Esta foi a forma que encontrei para descrever o debate em curso sobre as políticas públicas e ações afirmativas específicas para negros. Outro elemento importante nesta pesquisa foi o conjunto de depoimentos ou mesmo artigos do movimento negro, veiculado em uma lista de discussão, na Internet denominada ZUMBI+10. Esta lista divulga o debate racial do movimento negro organizado pelas mais diferentes perspectivas, desde aqueles estruturadas em entidades ou organismos políticos.

Tenho de dizer também, existem hiatos que não são respondidos pela racionalidade científica, mas que permeiam este trabalho que entendo que esteja diretamente associado à contradição existente em mim. Ou seja, caminhei com o marxismo durante toda minha existência, e entendo o método marxista como forma científica de explicar as relações sociais. No entanto, percebi mais nitidamente que o marxismo não explica tudo. E sei que Marx ao escrever o método dialético não tinha esta pretensão. Logo necessito de outras fundamentações teóricas para explicar a forma peculiar de dominação que o capitalismo gera através do racismo.

Essa é a primeira interrogação, se existe uma relação diferenciada entre uma ação imposta e uma ação constituída através de um processo. Analisar a implementação de Cotas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul demonstra que este é um processo em gestação, sendo assim, é um movimento em construção. E este fato me leva ao encontro da perspectiva que apresentei já no projeto de dissertação, ou seja, necessidade de expressar o movimento que leva à mudanças e/ou transformações e a entender os avanços e retrocessos e não apenas a aparência.

Com isso retomei os estudos do livro de Marx - A Crítica da Economia Política. Algumas questões começaram a fazer sentido enquanto categorias de análise. Apresento assim, a categoria da Contradição, que segundo Marx (1982, p. 14), se apresenta enquanto a unidade do diverso, ou seja,

isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, com pon(...)to de partida, ainda que seja o ponto de partida o resultado“o o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações. Por, não comoefetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.”(Marx, 1982, pg.14)

A contradição – eis à primeira categoria de análise para entender não apenas o problema desta pesquisa, mas a categoria que me permite analisar o porquê que o IPA, uma Instituição de Ensino Superior, voltada à educação dos filhos da classe alta ou média alta, (como dito por um professor em sua entrevista) estaria preocupada em fazer um programa de bolsas integrais com a característica de cotas para negros, visto que, nem mesmo as universidades públicas conseguiram ainda, dar conta deste debate.

Com o entendimento da contradição, enquanto unidade do diverso, é que consegui entender a entrevista com o professor “A”, quando ele diz:

a proposta de mudança político filosófica do IPA, necessitava dialogar com duas dimensões, 1º reorientar a política estratégica da Instituição, como forma de modernizar para dar conta da atualidade da política educacional do país, e que isso implicaria em se ter recursos ou entender a lógica da estruturação do novo momento político brasileiro, visto que a partir do momento que se vive no país à entrada de um presidente do campo de esquerda e isso refletiria uma nova postura de como tratar as classes populares. E a segunda preposição, é que, O Diretor da Rede Metodista de Ensino de Minas Gerais, fazia parte do Conselho Nacional de Educação, e que tinha domínio sobre a concepção das Diretrizes da Educação Brasileira para o período. Com estes elementos é que surge a proposta de bolsas para as camadas populares, que desse conta da discussão de cotas para negros, índios e o movimento Sem Terra.

Assim, a contradição não é a oposição de posturas antagônicas em um mesmo fenômeno, mas a coexistência de oposições diferentes, que aparentemente são contrárias e permitem uma coerência interna ao fenômeno. Com isso, entendi que deveria me debruçar sobre Lei de Diretrizes da Educação Brasileira, é ela que me permite entender os meandros do contexto educacional vigente e o próprio debate em curso da Reforma das Diretrizes do Ensino Superior. Ainda, a contribuição dada por uma das professoras da banca examinadora do projeto de qualificação adquire um novo sentido, pois ela resgata na contemporaneidade os acordos, decretos ou leis que possibilitaram que se discutissem hoje políticas públicas para setor específico da população. Assim, percebi que necessitava fazer uma investigação e história breve sobre o histórico da luta do movimento negro e quais avanços obtiveram na perspectiva da legislação.

A categoria da contradição ao consubstanciar outros elementos de análise permitiu que eu fosse entendendo as respostas desejadas para a compreensão do problema da pesquisa. Ou seja, a contradição como unidade do diverso entre a lógica do movimento negro e a lógica da Instituição privada que permite que seja

possível de ser visto na realidade como lógica interna presente nesta realidade e que não necessariamente é oposta ou que ocorre no mesmo espaço como formas combinadas e complementares.

Entender isso me levava sempre ao questionamento porque em uma Instituição privada e não pública? Pois em última análise uma Instituição privada necessita do lucro, e uma política de ação afirmativa em tese, não gera lucro. Esse questionamento me levou a buscar o que autores estavam falando sobre o espaço público privado.

Entre vários autores que trabalham essa temática, selecionei estes dois autores como os que contribuem no entendimento destas questões, para efeito desta pesquisa, (Maria da Gloria Gohn – História dos Movimentos e Lutas Sociais – A Construção da Cidadania dos Brasileiro e Francisco de Oliveira – Privatização do público, destituição da fala e anulação da política) visto que esta perspectiva me fez observar a necessidade de dialogar o que se tem dito e escrito sobre o espaço público e privado para me apropriar do movimento de aplicação das políticas públicas de ações afirmativas.

A Totalidade – segunda a teoria marxista a totalidade social é um complexo geral estruturante e historicamente determinado, conforme o exposto no dicionário do Pensamento Marxista (Bottomore,2001, p. 381). Mas de fato que significa isto? No mesmo dicionário encontrei a definição trazida por Luckács que diz: “A concepção dialético-materialista da totalidade significa, primeiro a unidade concreta de contradições que interagem [...], encontrei ainda, a concepção de totalidade em Lênin, que se apega ao conceito hegeliano, definindo totalidade como sendo ao

mesmo tempo o núcleo organizador do método dialético e o critério de verdade. Para Lênin ainda, Hegel percebeu de forma brilhante a dialética das coisas (fenômenos, o mundo a natureza) na dialética dos conceitos, mas salienta a dialética das coisas produz a dialética das idéias, e não o inverso. Com base nestas definições retorno a definição trazida por Marx (1982, p. 15) e onde ele descreve:

Para a consciência – e a consciência filosófica é determinada de tal modo que, para ela, o pensamento que concebe é o homem efetivo, e o mundo concebido é como tal o único efetivo. Para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o ato de produção efetivo – que recebe infelizmente apenas um impulso do exterior -, cujo resultado é o mundo, e isso é certo (aqui temos de novo uma tautologia) na medida em que a totalidade concreta, como a totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceber, não é de modo nenhum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação, em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamento, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, modo que difere do modo artístico, religioso e prático-mental de se apropriar dele. O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. Por isso também, no método teórico (da economia política), o sujeito – a sociedade – deve figurar sempre na representação como pressuposição.

Esta talvez tenha sido a maior das descobertas de construção teórica que aprendi, ou seja, a totalidade não é de forma alguma a soma mecânica de diversas partes, que constituem um fenômeno ou a realidade, pois a cada contexto existem muitas partes e complexidades que resultam em parciais totalidades. Na busca muitas vezes de obtermos respostas as nossas pesquisas, podemos recair no equivoco de construir generalizações abrangentes e desconexas em suas diversas contradições. Percebi assim, o que a Professora Malvina me disse ainda, na qualificação do projeto,

que eu deveria ter cuidado no caminho que escolhi para a feitura da dissertação, pois ao eu descrever o IPA apenas na introdução do projeto de dissertação e no último capítulo nas páginas finais, eu poderia recair em um problema de não perceber que as instituições são feitas por pessoas, com

peculiaridades e sentimentos, e os movimentos que ocorrem não se dão em um passe mágica e sim, graças a estas pessoas com seus sentimentos e peculiaridades.

A importância de compreender esta categoria enquanto orientadora desta dissertação, mas não como elemento responsável por generalizações e constatações generalizando, pois os fenômenos respondem a realidades concretas específicas e não a todo e qualquer realidade. Por isso percebo que tenho de ter um cuidado enquanto pesquisadora diferente do cuidado que tenho como militante, ou seja, saber analisar os fenômenos e fatos suas similaridades e ao mesmo tempo suas particularidades é pertinente, no entanto análises abrangentes e diagnósticos totalizantes não cabem a um pesquisador.

Pois, por mais que tenhamos o entendimento da realidade nossa compreensão é sempre parcial à parte de nossos pressupostos e concepções. Dito isso, não digo que não tenhamos conclusões a tirar dos fatos e fenômenos estudados, mas que temos de garantir boa parte de relativização no prognóstico.

Foi este movimento de relativização junto com a categoria da contradição, que possibilitou perceber as dificuldades encontradas para obter as entrevistas dos responsável pelo projeto de bolsas que inicialmente eu entendia ser o projeto de cotas. Assim, diagnostiquei que deveriam analisar o movimentos de aplicação das políticas públicas e ações afirmativas em outro lugar e não mais no IPA.

toda uma série de gerações, cada uma das quais aos ombros da anterior e desenvolvendo a sua indústria e o seu intercâmbio e modificando a sua ordem social de acordo com necessidades já diferentes”. Deste modo podemos dizer que a historicidade enquanto categoria do materialismo temos desde as categorias mais

simples expressas pelas relações dominantes de um fenômeno menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um fenômeno mais desenvolvido, ou ainda, relações pré-existentes ao fenômeno Como vemos no Livro Para Crítica da Economia Política – A **Historicidade** segundo o descrito por Marx na Ideologia Alemã (1984, p. 27) que: o “mundo sensível não é uma coisa dada diretamente da eternidade, sempre igual a si mesma, mas antes do produto da indústria e do estado em que se encontra a sociedade, e precisamente no sentido é uma produto histórico, o resultado da atividade de(Marx, 1982,pg.17/18)

Nessa medida, o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo. [...] Que só aparece portanto historicamente com todo o seu vigor nos Estados mais desenvolvidos da sociedade [...]. O chamado desenvolvimento histórico repousa em geral sobre o fato de a última forma considerar as formas passadas como etapas que levam a seu próprio grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica, e isso em condições bem determinadas.

Explicitar a categoria da historicidade nessa dissertação me permite dialogar com uma das mais tangenciais polêmicas tanto do movimento negro quanto da sociedade de uma forma geral. Qual seja: No que tange ao movimento negro existe pode-se dizer duas vertentes de ação e pensamento, uma que traduz as questões de discriminação enquanto parâmetro de identidade étnico-racial, a qual temos na atualidade a corrente de pensamento dos estudos culturais e o teórico tido como o fundador desta vertente teórica Stuart Hall. E como expressão na sociedade desta corrente teórica tem as várias organizações que através das manifestações de identidade e expressão culturais buscam construir formas de combater o racismo e a discriminação. E que no caso desta pesquisa trago a ONG Centro Ecumênico de Cultura Negra – CECUNE, que é a organização interlocutora do IPA no projeto de Cotas.

Por outro lado se tem à perspectiva do racismo expressa por uma variação ou necessidade da sociedade dividida em classes. A explicação teórica se pauta pelas teorias marxistas, como por exemplo na obra *Democracia Contra Capitalismo* de Ellen Wood (2003), e tem como centro de sua explicação a relação existente entre as formas de exploração capitalista (as diferenças de salários entre negros e brancos, o trabalho terceirizado, o trabalho informal, os postos de direção os quais com raras exceções se tem negros) que se utiliza das diferenciações entre os indivíduos para dominá-los em nome do capital. E que nesta pesquisa trago como representação social o Movimento Negro Unificado – MNU, uma das organizações do movimento social negro, que aqui no Estado do Rio Grande do Sul trabalha com o binômio classe e raça.

Saliento, no entanto, que a análise da questão racial combinada à questão de classe é o intuito desta pesquisa, pois assim como o dito por Tatiana⁹ “...*não há como tu fazer luta de classes sem tu lutar lado a lado contra o racismo. Porque o racismo é um baita de um instrumento utilizado pelos capitalistas.*” Com isso essa concepção, tanto quanto a culturalista me permitiu analisar o movimento de construção de cotas não mais na Rede Metodista de Ensino – IPA e sim, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O racismo e a discriminação expressam não apenas um processo cultural de opressão e dominação cultural, social e política, mas expressam as formas de apropriação da produção, na sociedade capitalista, em nome das diferenças, sejam elas de gênero ou raça.

⁹ As entrevistas que consegui a autorização dos entrevistados identificarei os sujeitos da pesquisa pelo primeiro nome.

Entender a historicidade como o dito por Marx (1982, p. 19) onde:

Seria, pois impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segunda a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente à série do desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade. Muito menos sua ordem de sucessão "na idéia" (representação nebulosa do movimento histórico).

Trata-se de se conhecer as diferentes relações que compõe o processo da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa, E é preciso analisar historicamente como foram se constituindo as relações de discriminação e exploração até a chegada da construção de políticas pública e ações afirmativas para um segmento social específico. Ao se fazer este movimento vê-se que não há contradição na construção de políticas públicas e ações afirmativas através de um critério racial e sim, uma combinação entre raça e classe.

Essa constatação que precisa ser descrita, investigada e analisada encontra como precursor social o Movimento Social Negro através das diversas organizações e grupos que o constituiu, e próprio processo que vem sendo gestado na luta de Cotas na UFRGS e que passa a ser o objeto desta pesquisa.

Como contribuição a esta investigação dentre vários autores trago dois autores Africanos e marxistas Amílcar Cabral e Franz Fanon que por caminhos diferentes, um como medico teórico das questões de opressão e discriminação na Argélia e outro enquanto militante e teórico da Guiné Bissau contribuíram para a construção da práxis revolucionária dos negros e negros na sociedade moderna.

3 VIDAS SINGURALES E HISTÓRIAS COLETIVAS - DO ESTUDO REALIZADO E DAS VIVÊNCIAS NA UNIVERSIDADE E NO MOVIMENTO

Este capítulo retrata a singularidade de minhas vivências e a pluralidade da história racial deste País deixando iguais em determinados momentos, com o objetivo de conhecer quais as contradições entre o que é reivindicado através da LP 73/1999, que institui cota nas Universidades, como Política pública de Ação Afirmativa de combate ao racismo, e quais práticas são implementadas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período de 2004 a 2006 em Porto Alegre – RS, é que com base nas 7 entrevistas (com alunos, professores e servidores), que realizei junto à comunidade acadêmica da UFRGS, ainda através do diário de campo que fiz na reunião do GT – Anti-Racista, dos dois Seminários sobre a discussão de cotas organizado pela Universidade em parceria com o GT, também da observação de algumas reuniões do movimento negro (as do MNU, do GRAB e do Fórum de Religiões de Matriz Africana do RS), da entrevista com 3 alunos e 1 professor do IPA, e por fim, dos vários diálogos e depoimentos que

selecionei da página Zumbi +10, uma página construída pelo movimento negro do Estado do Rio Grande do Sul e que tem interação Nacional¹⁰.

Sobre as entrevistas em especial adotei como procedimento não um questionário fechado previamente elaborado, mas um roteiro onde contextualizava a pesquisa para os entrevistados sobre os objetivos e questionamentos da pesquisa, em especial do problema da pesquisa e lhes perguntava como se deu sua inserção no processo de cotas desenvolvido ou no IPA, ou na UFRGS. Observava a ênfase dada nas respostas e ia introduzindo os questionamentos dependendo do lugar de fala dos entrevistados, se alunos sobre percepção racial no processo, se professor a dimensão ou não pedagógica do processo, se gestor público as vinculações com as questões mais amplas da universidade, e se representantes do movimento no caráter da contribuição para organização da luta anti-racista ou não. Ao final da investigação de campo retornei as entrevistas e fui formando as perguntas que apresentam poucas variações de entrevistado para entrevistado, pois o tom foi dado pelo próprio entrevistado. Contudo, construí 4 eixos centrais nos entrevistados, que são:

- 1) O lugar de fala do entrevistado e sua inserção no processo de cotas;
- 2) O que vê no processo de cotas em universidade pública;
- 3) O que vê na participação dos movimentos sociais no processo de implementação de cotas na UFRGS;

¹⁰ Está página há mais de um ano vem socializado todas as informações da implementação da Lei de Cotas em vários estados do país, e que fui dando forma e consolidando esta pesquisa.

- 4) E se vê relação entre o ingresso de mais negros na universidade e o fazer pedagógico.

Os eixos foram construídos de forma a dar suporte aos objetivos específicos:

- Conhecer a forma que é contemplada as reivindicações de ações afirmativas e políticas públicas do movimento negro;
- Caracterizar se há interface entre as reivindicações trazidas pelo movimento negro e as ações afirmativas e políticas públicas instituídas nos espaços pesquisados;
- Analisar se o movimento desencadeado pela exigência de cotas na universidade reflete no fazer acadêmico.

Como dizia Marx (1987, p. 4), “todo começo em qualquer ciência é sempre difícil”. No entanto, não somente os inícios são difíceis, mas descrever o processo é tão complexo quanto. Da investigação a análise em qualquer ciência exige muito do pesquisador. No entanto, foi extremamente gratificante, pois consegui a partir das entrevistas e da escrita da dissertação fugir de certo comportamento pré-estabelecido pela observação participante, onde o entrevistador tem que ter cuidados na realização da entrevista, mas ele também é sujeito da ação desenvolvida. E ao me perceber como parte constitutiva do estudo, onde me identifiquei com a história de vida trazida pelos alunos, em especial da Tatiana quando ela dizia: *“várias vezes pensou em desistir de estudar pelas dificuldades encontradas por causas das diferenças. Que eu só uma pessoa que moro na periferia, so negra, so indígena e eu não encontrei assim pessoas iguais a mim na universidade.* Ou mesmo, a fala da Luanda que disse *que só conseguia entender o*

mal estar que ela sentia no curso de letras, após ter começado a ministrar aulas em cursinho pré-vestibular para negros e carentes, onde se tinha um espaço para discussão da cidadania e do racismo”.

Ao perceber através das falas das alunas que esta fala poderia ser minha ou de qualquer negro, que vive em uma realidade desigual e o quanto é difícil compreender que está não é uma questão individual, pois, o sentimento é inteiramente pessoal e intransferível, no entanto, estas condições são comuns na vida de muitos negros, índios, mulheres e homens pobres. E o problema não é pessoal e sim, social, cultural, político e econômico oriundo de um sistema de relações que oprime, discrimina, e invisibiliza a todos que não detêm capital. Segundo Marx (1987; 584)

A conceituação anterior de trabalho produtivo, derivado da natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto. Mas não se aplica mais a cada um de seus membros individualmente considerados. [...] A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital.

Muitos “desavisados” por não compreenderem a dialética das relações em que estão imersos reproduzem comportamentos racistas, machistas, e homofóbicos agindo em última instância contra si mesmos.

De uma forma muito singular ter vivenciado enquanto teoria e prática esta pesquisa fez com que ao final surgissem mais idéias e focos. No entanto, escolher e manter-se fiel às escolhas para futuramente poder avançar foi o maior aprendizado. É importante demarcar essa questão devido a dimensão psicológica que o racismo (forma de discriminação que se apresenta sobre elementos superestruturais, através de ideologia) pode produzir de inferioridade e que afeta a estima dos negros,

dificultando que nos vejamos enquanto seres iguais em possibilidades e limitações. Desta forma fazendo que se tenha muito mais dificuldades em escolher uma entre muitas opções. Como Fanon (1952, p. 119-121) explica:

Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, tornar-se-á anormal ao menor contacto com o mundo branco.

A psicanálise, como se sabe, se propõe a compreender comportamentos determinados – no seio de um grupo específico que representa a família. E quando se trata de uma neurose vivida por um adulto, o trabalho do analista consiste em reencontrar, na nova estrutura psíquica, uma analogia com certos elementos infantis, uma repetição, uma copia de conflitos produzidos no âmago da constelação familiar. Em geral, procura-se considerar a família como objeto e circunstancia psíquicas.

As famílias negras são consideradas desestruturadas e seus valores familiares não são reconhecidos como constitutivos de um saber social, logo, não se percebem enquanto sujeitos de um fazer social. Assim como ainda nos diz Fanon:

Aqui, todavia, os fenômenos se complicam singularmente. A família, na Europa, e o espelho para criança do comportamento do mundo. A estrutura familiar e a estrutura da nação mantêm-se unidas..... Na Europa, e em todos os países considerados civilizados, ou civilizadores, a família e uma parte da nação.

Uma criança normal, tendo crescido em uma família normal, será um homem normal. Não há desproporção entre a vida da família e a vida da nação.

Essa dimensão psicológica que faz com que os negros tenham dificuldades com relação à auto-estima e com a busca permanente devido auto nível de exigência frente a tudo que fazem, precisam ser melhor analisado. Mas abrir este prisma exigiria maior aporte teórico que no momento não tenho como dar conta.

Prosseguindo, enfatizo que anteriormente a ida a campo tinha os objetivos, os questionamentos, o problema, no entanto nenhuma idéia se eles dialogavam de fato com a vida e o vivido pelos sujeitos. Ao começar a detectar que minha intuição não era vazia e todos os entrevistados de uma ou outra forma foram salientando os

aspectos que buscava, isso foi me dando animo a ponto de poder abrir mão das tantas certezas pré-estabelecidas de uma militante marxistas, e me colocando no universo da pesquisadora que tem poucas certezas e muitas possibilidades.

Abrir mão da leitura acadêmica de autores e constituir a leitura acadêmica dos “vivos”, dos sujeitos que fazem a ação foi e é uma ótima perspectiva de análise.

Há uns 10 anos que venho ouvindo em vários espaços do movimento negro a frase “*precisamos de negros na academia, para podermos teorizar sobre nossas questões*”, mas cada negro ao ingressar na acadêmica começa a viver conflitos na militância. Bem, existe uma série de elementos que podem contribuir em algum tipo de explicação desta circunstância. Porém, neste momento quero apenas enfatizar a importância de compreender o que significa teorizar sobre nossas questões. Levar em consideração o lugar de fala de cada um, respeitando suas especificidades e singularidades. Parto da concepção de Engels e Marx no Livro intitulado Sobre Literatura e Arte, onde eles descrevem a existência social como condicionante da existência moral.

A Sociedade dá origem a determinadas funções comuns sem as quais não podem passar. Quem é escolhido para essas funções forma um novo ramo da divisão do trabalho dentro da sociedade, o que lhe proporciona interesses particulares e distintos dos daqueles que lhe atribuíram o cargo: torna-se independente destes últimos [...] (MARX; ENGELS, 1980, p. 42).

Poder ter na universidade a formação de novos intelectuais que sejam comprometidos com o seu lugar de fala é o desejo de milhares e milhares de negros deste país. E essa pesquisa mostra que por menor que seja a ação ela pode enquanto processo, deixar de ser uma possibilidade e se tornar realidade. Como

dizia o celebre personagem da literatura mundial Dom Quixote, *Sonho que sonha sozinho é só um sonho. Sonho que sonha junto é realidade.*

A política de Cotas e o processo analisado na Universidade Federal mostram este embrião da mudança da realidade. Os alunos como Tatiana, a Luanda, o Ezequiel, o Alexandre que teve de deixar o curso para trabalhar, a Flavia ou mesmo eu, somos todos alunos negros, oriundos das classes populares e que juntamente com professores como Maria Aparecida, o Carlos, a Pará e outros, vem construindo em parceria com várias organizações como Movimento Negro Unificado e o Fórum das Religiões de Matriz Africana novas possibilidades de ter na educação um espaço para diversidade sócio-racial.

Para que num futuro próximo as crianças como Juliana, Rafael, Camila, Mauro, Aline, Rafai e tantas outros não comecem a trabalhar aos 9 anos de idade, como se fossem adultos, e tenham sonho de um dia poder cursar uma universidade que ensine que Zumbi dos Palmares foi um líder, assim como Bento Gonçalves o herói Farroupilha que lutou pela dignidade de seu povo. E que a história dos negros neste país é dor e sofrimento, mas eles com garra e luta resistiram e contribuíram para construção desta imensa nação.

Desta forma se configuram embriões que venham a transformar a dura realidade vivida de discriminação e racismo, na busca por uma nova realidade, com tolerância às diversidades, respeito às singularidades, plural em sua diversidade racial, e de condições sociais Para tanto, é preciso entender como se constituem os mecanismos de dominação racial e social que condicionam a vida de mais da

metade da população brasileira, e fazem com que tenhamos 64 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, onde 70% são homens e mulheres negras.

Com a divisão social do trabalho que caracteriza funções definidas no mundo da produção e nos postos de trabalho propriamente ditos, por sua independização de uma certa forma, como esta caracterização de um novo “poder independente” como explicitarei anteriormente, e que trazem consigo uma série de alterações jurídico-ideológicas, as quais produzem outras subdivisões dentro da produção e na organização das forças produtivas propriamente ditas. Estas divisões que não são apenas a divisão social do trabalho, mas também, a divisão sexual, a divisão etária, racial do trabalho. Isso possibilita se entender o porquê as questões raciais não dizem respeito apenas aos negros e sim ao conjunto dos trabalhadores.

É, exatamente através desta divisão estabelecida pelas relações de trabalho e suas divisões dentro do processo da produção, que permite que alguns trabalhadores desfrute um certo “poder independente” dentro das relações estabelecidas, ou como o dito por Marx, (1984, p. 43):

É a ação recíproca de duas forças desiguais – por um lado, o movimento econômico, por outro, o novo poder político, que se esforça por obter a maior independência possível e, uma vez, o movimento próprio. De um modo geral, o movimento econômico consegue o que pretende, mas tem igualmente que sofrer reações do político que estabeleceu e dotou de relativa independência, do movimento do poder de Estado, por um lado, e da oposição gerada simultaneamente, por outro.

Com esta colocação percebo que existem dois limites que necessitam ser aprofundados, ou melhor, explicitados. De um lado, as relações econômicas organizam a sociedade como um todo e em decorrência deste fato existem relações subordinadas. O racismo enquanto processo político ideologia, e entendo ideologia

como o mascaramento ou falsificação da realidade, que encobre as relações subordinadas ao processo econômico. Possibilitando que alguns produzam a lógica da independização do político-ideológico, através da divisão social/racial do trabalho e assim, ao dividir as tarefas no âmbito da produção cria derivações de exploração combinadas com o racismo e a discriminação.

Esta derivação (divisão social/sexual/etária e racial do trabalho) na base econômica que tem conseqüências no fazer político, tem como base constitutiva ideologicamente o racismo através dos processos de discriminação. É interessante olhar com esse ótica, quando nos reportamos aos dados estatísticos que mostram através de uma pirâmide de estratificação em que temos todos os trabalhadores como os explorados, ao se incluir o critério raça (e no Brasil em especial a discriminação racial e de marca, ou seja cor), se aprofundam os antagonismo.

Analisar estes antagonismos tendo como preponderante as demandas sociais construídas pelo movimento negro como forma de construção de uma contra-hegemônica a lógica hegemônica do racismo e da discriminação. Onde suas reivindicações, são por um lado, instituídas e incorporadas pelo Estado, e por outro, são incompreendidas pelo conjunto da sociedade explorada e oprimida, mas que ao fim e acabo propiciam a mudanças substantivas a vida de brancos e negros, pois questiona a estrutura de organização da sociedade como um todo.

Antes de prosseguir, saliento duas dimensões teóricas que podem ser divergentes, mas entendo como complementares a explicitação desta problemática. Qual seja, utilizo o referencial de ideologia trazida em Marx para explicar o racismo,, assim entendo a ideologia como falsificação da realidade. Mas trabalho com a

concepção trazida por Gramsci de uma guerra de posições na construção de uma contra-hegemonia por parte do movimento negro, ou seja, a concepção de que existem ideologias.

E a perspectiva da igualdade que perfaça o caminho da igual condição de possibilidades de acesso e permanência ao povo negro, da construção desde uma intelectualidade negra até a condição de assumirem postos estratégicos nas esferas de Estado, e nas estruturas da sociedade.

Ao entender que Gramsci bebeu na fonte do marxismo, contudo concebe ideologia não como a falsificação da realidade, mas como formas de construções hegemônicas dos grupos antagônicos, ou seja, não como a IDEOLOGIA, mas como ideologias construídas nas relações entre as classes. As quais a classe dominante tem a sua como hegemônica ao conjunto da sociedade, porém os dominados podem vir a construir uma ideológica contra- hegemônica, em um processo permanente de guerra de posições.

Marx a meu entender contribui no entendimento de como se tem a exploração associada a discriminação e o racismo, no entanto para se compreender a importância da forma de construção da luta do movimento social negro contra- racismo, necessita-se associar esta outra dimensão teórica, pois o racismo é um conjunto de idéias e posturas que fundamentam a discriminação.

A lógica das relações econômicas constitui uma lógica de exploração capitalista que abrange todos os trabalhadores. E vemos isso, pelas mais diversas formas de dominação, sejam pelas relações de trabalho, condições de salário e etc., mas também, cria uma exploração racial, que é consubstanciada nos mecanismos

de discriminação que de uma forma antagônica inclui trabalhadores brancos e negros que não tem compreensão deste processo, sendo assim, uma falsificação da realidade. Contudo a luta negra pelo prisma da mudança adquire sentido na busca de possibilidades de acesso e de condições, de igual poder entre os dominados e de desestruturação da lógica mantenedora dos dominantes.

Neste momento, vejo uma permanente busca de construções contra-hegemônicas, ou anti-racistas, logo, sob o ponto de vista das idéias e posturas, ideologias, e do acesso aos recursos sociais através das possibilidades de inserção social. Desta forma a luta anti-discriminação contribui para a luta de classes, pois questiona a própria estrutura social.

3.1 HISTÓRIA INDIVIDUAL E HISTÓRIA COLETIVA

Ao escolher como foco de pesquisa o estudo sobre a discriminação racial, dou sentido a linha que conduz minha práxis. E concebo como práxis de forma geral, a ação, atividade, e o sentido que Marx denomina, ou seja, à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo.

Ao conceber como práxis a coerência entre como vivo (meus atos) e teorizo minha vida de forma consciente, entendo as desigualdades tanto em seus aspectos subjetivos e objetivos vinculados as possibilidades de acesso ou oportunidades. Diferentes do preconceito que deriva de uma opinião ou idéia que se forma sobre alguém ou sobre um grupo de pessoas. Geralmente por idéias pré-concebidas que colocam pessoas ou grupos enquanto inferiores ou superiores. A desigualdade ao

longo da história se reporta a condição da hierarquia social, onde se tem como eixo a economia de mercado.

Durante os séculos XVIII e XIX a igualdade era vista enquanto ideal de direitos iguais perante a lei e a participação política. No século XX teoricamente a igualdade foi tida como consolidada. No entanto na prática o que se percebia era a grande disparidade entre aqueles poucos que muito tem e os muitos que muito pouco ou nada tem.

Problematizar a igualdade enquanto elemento de condições e acesso as possibilidades institucionais e organizacionais, sejam elas no mundo do trabalho, da educação, nas oportunidades de consumo, no acesso aos serviços sociais, torna-se presente na contemporaneidade. É importante descrever que as desigualdades estão vinculadas a uma série de relações sociais estabelecidas, sejam desigualdades de acesso e possibilidades por gênero, intolerância, racismo e muitas outras.

Conforme o estabelecido no dicionário do pensamento social do século XX, (THWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 372) “a igualdade de oportunidade sustenta que todos deveriam ter igual possibilidade de alcançar os vários benefícios e recompensas que uma sociedade torna disponível”. No entanto a realidade mostra que por vários fatores o que se tem na prática são as grandes desigualdades. Fazem com que 64 milhões de pessoas em nosso país, vivam na condição de miserabilidade, destes, 70% são negros. Essa condição de desigualdade social demarcada pela discriminação racial é necessário ser desnudada. Entender como a

exploração de classe que cria as desigualdades engendra-se e nutre-se através da discriminação racial.

Existem várias conceituações de exploração e vários níveis de relações estabelecidas pela exploração. Contudo, me refiro ao conceito mais simples de exploração, ou seja, a situação que estabelece a relação entre pessoas, ou grupo de pessoas, nas quais um grupo ou indivíduo se encontra estruturalmente numa posição que lhe permite tirar vantagem de outros. Segundo a tradição marxista a qual concateno a exploração é uma relação entre classes.

De fato, vejo a exploração enquanto o mecanismo de dominação entre duas classes. No entanto, a forma contemporânea em que o sistema capitalista (a forma econômica de apropriação de capital), engendra através do racismo, criando as desigualdades, que faz com que entre os sujeitos da mesma classe social, se tenha antagonismo de condições sociais, como o retratado pelo Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial – INSPIR, através da pesquisa do Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho no Brasil feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE, onde se diagnostica que as crianças e jovens negros começam a trabalhar mais cedo comparativamente aos brancos. Além de ingressarem mais cedo no mercado de trabalho, permanecem mais tempo. Os negros trabalham mais e recebem menos, comparados aos brancos. O desemprego é maior entre os negros. O somatório das discriminações resultante do racismo e do machismo afeta em cheio as mulheres negras. Os negros são a maioria nos postos de trabalho vulneráveis e no chão da fábrica. Essas e muitas outras desigualdades que caracterizam formas sutis de

exploração e diferenciação entre os sujeitos da mesma classe social, necessitam ser estudadas enquanto que tem um condicionante diferenciado, a discriminação racial.

Ao dialogar com essa perspectiva se torna necessário entender o retratado pela aluna de biologia, Tatiana na entrevista quando fala:

É muito complicado fazer com que as pessoas entendam que a questão racial também é um problema. Que é uma questão tão grave quanto a questão de classe. Que não há como tu fazer luta de classe sem tu lutar lado a lado contra o racismo. Porque o racismo é um baita de um instrumento utilizado pelos capitalistas. Então é como o professor disse aquele dia no seminário, a classe revolucionária são os negros. Sempre que a gente vai e avança alguma coisa beneficia todos as outras pessoas. Só que quando as pessoas vão lá com sua luta de classes nem sempre beneficiam a gente. O exemplo disso é Cuba. Cuba tem socialismo só que o racismo continua. Tem um colega meu que costuma dizer que o racismo é anterior ao capitalismo e posterior ao socialismo. Então é uma coisa que a gente tem de fazer lado a lado.

O depoimento de Tatiana me remete a mesma compreensão expressa pelo professor Cunha em seu ensaio intitulado “Afrodescendência e Espaço Urbano” (2006, p. 1-2), ele afirma que: *As discussões sobre pobreza urbana ou sobre desigualdades sociais tem dificuldades de incluir e discutir a especificidade dos afrodescendentes.* Ele salienta quatro razões para estas dificuldades quais sejam:

Primeiro, a postura cultural brasileira que prega que nós resolvemos com a abolição do escravismo criminoso todos os nossos problemas de natureza racial com relação as populações de descendência africana[...]

Enfatiza ainda, que confundem nesta postura da igualdade pela mistura racial as relações biológicas com as político-econômicas.

Segundo problema é *quanto ao conhecimento de uma dominação política hegemônica dos eurodescendentes*. Onde o professor enfatiza que essa dominação é vista como natural[...]

Não é tida como fonte de antagonismos entre africanos e europeus e os descendentes destes[...] Quando pensamos em imigrantes no Brasil é de uma forma idealizada e falsa. Os imigrantes são somente os europeus, este sempre com sinônimo de progresso e conhecimento. O terceiro problema é que reduzimos todas as explicações das desigualdades sociais e da pobreza a uma análise das relações de produção entre trabalho e capital. E o quarto problema é que quase toda produção acadêmica sobre a pobreza e as desigualdades sociais é produzida pelos eurodescendentes. Que utilizam referências e métodos que justificam suas posições sociais como justas.

O prisma apresentado pela aluna Tatiana e pelo professor Cunha contribuem na análise do problema desta dissertação, onde me pergunto, quais explorações capitalistas criam os antagonismos e dominações raciais. Iniciei o percurso de construção desta pesquisa imbuída do ponto de vista da explicação das contradições tendo como base a teoria marxista. Entendo e incorporo em minha análise a contribuição desta corrente teórica algo que visa negar aos membros de certos grupos um acesso igualitário aos recursos escassos ou valiosos. Trata-se de algo mais do que pensar desfavoravelmente a respeito de certos grupos ou manter crenças negativas a seu respeito: a discriminação racial envolve colocar essas crenças em ação. O racionalismo e o racismo reforçam-se mutuamente de forma autoconsumatória pois, ao negar a determinados grupos o acesso a recursos e serviços, são criadas condições sob as quais esses grupos não podem fazer mais do que confirmar os próprios estereótipos que inspiraram a crença racista original.

A discriminação racial, como forma distinta de muitas outras formas de discriminação, opera com base em um grupo de fatores: ela funciona em relação aos atributos percebidos e às deficiências dos grupos, e não em relação a características individualizadas. Os membros de determinados grupos têm a oportunidade a recompensas negadas por razões não relacionadas à sua capacidade, empenho ou mérito de uma maneira geral.

A discriminação racial pode ir desde o uso de rótulos pejorativos, à negação de acesso a esferas institucionais, como habitação, educação, justiça, participação política, etc. As ações podem ser institucionais ou não. No Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisa em Trabalho, Movimentos Sociais e Educação – TRAMSE da UFRG, tem pelo menos três dissertações que explicam tais formas de discriminação racial, como os trabalhos de Dircenara Sanger, Sandra Silveira, Georgina Nunes, no entanto no país existem muitos outros.

Este padrão de discriminação e racismo tem em seu bojo o determinante das desigualdades raciais e de gênero. O mercado de trabalho sanciona e reproduz um sistema de desigualdades pretérito à própria entrada no mercado de trabalho. As diferenças entre negros e brancos são absolutamente gigantescas. E certamente essa questão que é uma das mais importantes - as diferenças salariais entre brancos e negros, hoje - *estão diretamente associadas à educação. Tanto a educação histórica, a educação intergeracional, a educação dos pais, como a educação no interior da escola, ou seja, os processos de iniquidade e discriminação gerados no sistema de ensino.* Henriques (2004, p. 55).

Segundo Marx, na Ideologia Alemã (1984, p. 23): “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”. A vida objetiva com toda as suas contradições faz com que minha história tenha similitude às histórias de milhões e milhões de Zés, Marias e Antonios, ou as Luandas, Tatianas, Alexandres, Fávias, Ezequieis e outros, resguardo uma singularidade que me torna única no tempo e no espaço e me conduz a pesquisar sobre essa condição coletiva, a fim de contribuir no processo de organização da luta anti-racista e pelo respeito as diversidade.

Compreendo a *diversidades* como o explicitado pelo Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, Ricardo Henriques, no Seminário do Fórum Mundial de Educação, Valorizando a Diversidade, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹¹, em que ele salienta que trazer “a questão da diversidade para o debate hoje é colocá-la no centro da cena para refletir sobre o processo de modelagem do desenvolvimento do país, onde entende por diversidade um estágio superior da inclusão” (Henriques, 2004, p. 51).

Ao pertencer ao grupo daqueles 2%¹² de negro (a) s que conseguem estar em um curso superior neste país, me sinto moral, política e ideologicamente comprometida com a construção de um projeto político-pedagógico que contribua para a transformação desta estatística e das estruturas que permitem que ela exista,

¹¹ Saliento a importância deste seminário, por ser o 1º Institucional da Universidade, e que foi construído por mim, enquanto gestora pública, pelo Movimento Negro Organizado, pela SEPPIR e pela Prefeitura de Porto Alegre.

¹² Silva, Cidinha da - Ações Afirmativas em Educação. Ed. Selo Negro, 2003, p. 25.

e vejo na educação um mote fundamental para a construção desta diversidade e deste projeto.

Retomarei esta idéia ao falar sobre os processos educacionais e a formação dos educadores para a diversidade racial, visto que, as organizações negras, ao longo e sua história tem colocado os processo educativo informal da comunidade negra que visava não apenas a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, mas vê como formas alternativas de combate à discriminação através do incentivo a alfabetização, e que com o passar dos tempos foram sendo institucionalizadas e incorporadas ao projeto político discriminatório do estado brasileiro.

Em minha infância não entendia o porquê sofria na escola todos os ultrajes e humilhações relacionadas a minha raça, nem tampouco o motivo pelo qual tudo que fosse expresso sobre minha cultura era pejorativo. Parafraseando o grupo musical O Rappa na música *Tribunal de e Rua*:

De geração em geração todos no bairro já conhecem esta lição,
tapa na cara pra me desmoralizar, tapa na cara pra mostrar quem é que manda,
de geração em geração, todos no bairro já conhecem essa lição, o cano do fuzil,
refletiu o lado ruim do Brasil, nos olhos de quem quer, como se eu fosse o culpado,
no fundo querendo estar, a margem do seu pesadelo, estar acima do biotipo suspeito.

Na adolescência, ao iniciar a militância na Pastoral da Juventude do Meio Popular da Igreja Católica, tive o primeiro contato com o marxismo, de forma insipiente e intuitiva, sem ter a ampla compreensão do sentido real do que representam as relações de produção estabelecidas pela sociedade de classes e principalmente o que Marx “expressava ao escrever na Ideologia Alemã (1984, p. 23), que são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu

intercâmbio material que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento”.

Nesta perspectiva em 1983 inicio o segundo grau no curso de Técnica em Secretariado, na Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ingresso também no mundo do trabalho, como bolsista na mesma Instituição. Então pude perceber o que realmente significam as relações materiais da existência, e as tais mudanças de nossa materialidade mudando nossos pensamentos.

O que antes poderia ser apenas uma frase de impacto, ou seja, não é a consciência que determina a realidade, mas a realidade que determina a consciência, adquire uma expressão concreta em minha vida. Pois, trabalhava 20h semanais, fazendo as mesmas tarefas que os colegas que tinham carteira assinada ou eram servidores públicos estáveis, contudo meu salário era significativamente inferior.

E mais, na escola tive problemas de relacionamento com as demais colegas, pois nunca podia acompanhá-las em suas festas ou apenas ir para casa de alguma para fazer os trabalhos de aula, ou mesmo ir fazer um programa que elas muito gostavam, tomar chá comendo guloseimas e jogando conversa fora. Nesta época eu já era ativista no grupo de jovens da Igreja, e sempre preferia, quando não estava trabalhando, estar com o grupo da vila, organizando chás e almoços comunitários ou Campanhas da Fraternidade para conseguir comida e agasalho para aqueles que tinham menos que eu na vila em que eu morava. Ou mesmo, preferia estar participando dos cursos de formação para lideranças que a Igreja organizava.

Hoje ao ver nas entrevistas as alunas dizerem do seu desajust ao ingressarem na universidade com o restante dos colegas, por serem negras e pobres, me vejo. Vejo minha infância, minha adolescência e juventude. Em especial vejo que de minha juventude a juventude das jovens que entrevistei, existe uma diferença temporal de 20 anos, no entanto, as relações de discriminação e o sentimento de não pertencimento são os mesmos. Como disse a Tatiana *não consigo me sentir bem quando sou um peixe fora d'água*.

Em 1985 concluo o segundo grau e meu pai, através de um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, consegue uma bolsa de estudos em um curso Pré-vestibular, e na mesma época consegue também, uma bolsa de estudos no Curso Cultural Norte Americano, como forma de aprender a língua inglesa, condição importante exigida pelo mercado de trabalho. Não consegui terminar o primeiro ano do curso, pois o mesmo funcionava por trimestre, onde a exigência para prosseguir era apenas a aprovação no trimestre. Tinha todo o curso pago por uma bolsa integral. No entanto, não consegui dar conta de estudar a noite no cursinho, trabalhar durante o dia e, ainda estudar inglês.

Esta peculiaridade de minha vida se torna substancial, quando entrevistei o Alexandre (aluno do IPA), e posteriormente soube que ele teve de largar o curso no segundo semestre porque necessitava trabalhar, pois muitas vezes ia para Faculdade da Restinga ao IPA a pé, e passava o dia inteiro sem comer.

Ao rever esta fase de minha vida, mesmo que não esteja usando a teoria da violência simbólica propostas por Bourdieu, compreendo o que ele (Bourdieu 2001, p. 9-10) chama de Capital Cultural e a importância de termos certas vivências no

processo de construção de novas aspirações, pois se não fosse o fato de meu pai trabalhar na universidade e conviver neste ambiente educacional, não teria feito todos os esforços para garantir o acesso mínimo às condições educacionais que propiciassem a mim e meus irmãos podermos aspirar uma colocação no mercado de trabalho¹³. Diferente da lógica social expressa, onde mulher negra e pobre é naturalmente empregada doméstica e os homens negros e pobres trabalhadores da construção civil.

De 1985 a 1986 fui contratada como Celetista pelo Curso de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. E no mesmo período, ainda na condição de bolsista, participei da primeira greve de minha vida. Estava surgindo um momento de lutas no serviço público e os alunos bolsistas organizaram-se e fizeram a primeira greve de bolsistas das universidades públicas. Em 1987, após uma greve Nacional os Servidores Públicos, conquistaram o Regime Jurídico Único, regulamentado pela constituição de 1988, garantindo, assim, o enquadramento de todos nós trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, no quadro dos Estatutários. Também em 1987, após três tentativas no vestibular, ingressei na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, (PUC-RS), no Curso de Ciências Sociais. Neste mesmo ano inicio, paralelamente, um outro patamar em minha militância, agora nos movimentos negro onde eu conjuntamente com meus irmãos fundamos uma ONG, nominada Centro Alternativo de Cultura Negra, e ingressei no movimento sindical, através da Associação do Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na coordenação de Formação Política e Sindical. Essa condição trazida pela

¹³ Não trago aqui a questão da educação como o centro para garantia de emprego, mas saliento a preponderância da mesma em uma realidade que tem como exigência para o emprego um determinado grau de escolarização.

vida objetiva me leva a entender o sentimento trazido por Luanda, quando fala que: *“só passou a perceber e entender, as condições de discriminação e racismo quando começou a dar aula em um Cursinho Pré-Vestibular.”*

A história de vida de meus pais como lutadores, em especial a do meu pai, enquanto motorista de um órgão público, em 1960, onde a grande parte da população negra não tinha emprego, e em especial, ser motorista que era uma profissão que nesta época exigia qualificação. Por outro lado, exercia um papel de liderança na vila onde morávamos, construindo um time de futebol (que representava a única forma de sociabilidade da comunidade). Time este que aglutinava não apenas os homens em torno das partidas, mas também suas esposas e filhos nos almoços, jantares e demais atividades. Caracteriza-se assim, um espaço de diversão necessário à sociabilização da comunidade, em uma localidade em que o Estado não propiciava as mínimas condições de lazer. Sua trajetória incluiu ainda, a participação efetiva na construção da associação de moradores da vila, que possibilitou a conquista da rede elétrica, água e esgoto pluvial. Essa realidade vivida por mim, somasse a mesma realidade descrita por Tatiana. Pois, na entrevista ela me contatou da dificuldade de se sentir ambientada na Faculdade no Curso de Biologia, pela diferença sociocultural encontrada com relação a seus colegas. E que, muitas vezes pensou em desistir do curso em decorrência deste fato, no entanto sua família teve papel singular em sua permanência.

A experiência que vivi na greve, o momento de efervescência da conjuntura nacional, o contato com teóricos da Sociologia como Durkheim, Weber, Marx, Damata, Saviani, Furtado, Oliven e tantos outros autores, bem como a influência dos

professores que contribuíram na minha formação acadêmica e também a riqueza das experiências vividas na militância sindical e sobretudo no Movimento Negro, a história de vida de meus pais como lutadores, em especial a história de meu pai ou mesmo da minha mãe, que conduzia a casa e a educação de 5 filhos, trabalhava fora a noite no Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre, e ainda, conseguia encontrar tempo para ter paixão por literatura e me ensinar o gosto pela leitura. Ou mesmo, a história de vida de minha avó paterna, que pertence a terceira geração de negros livres após a lei do ventre livre e, aos 13 anos de idade casa-se com um homem 20 anos mais velho, e tem 21 filhos, mas ao mesmo tempo é uma mulher lutadora. Em Alegrete, sua cidade natal, constrói o primeiro Clube para negros na cidade, chamado São José Operário. E, é obrigada a vender as terras (herdadas de seus avós, que foram doadas por um senhor de escravos), que possuía na cidade, em função do processo de urbanização.

A minha história somente compreendida, por mim, muito mais tarde, conduz-me ansiosamente pela vida na busca de respostas e de compreensão da causa que leva que milhares de negros como eu, com trajetória muito semelhante às minhas, a serem sempre vistos e tratados como uma pessoa de menor qualidade.

Em 1989 contrai matrimônio, mais tarde me tornei mãe, o que deu um novo sentido à minha existência. A partir desse momento, todas as perguntas que eu fazia sobre a forma diferente como eu era tratada, até mesmo por aqueles que pertencem a mesma classe que eu, começam a preocupar-me em relação a meus filhos e a temer que eles passassem por todas as angústias, discriminações e opressões que passei, tanto na escola como na vida, pois como diz Bourdieu (2001, p. 46)

As atitudes dos membros das diferentes classes sociais, pais ou crianças e, muito particularmente, a atitudes a respeito da escola, da cultura escolar e do futuro oferecido pelos estudos são, em grande parte, a expressão do sistema de valores implícitos ou explícitos que eles devem à sua posição social. [...] As mesmas condições objetivas que definem as atitudes dos pais e dominam as escolhas importantes da carreira escolar regem também a atitude das crianças diante dessas mesmas escolhas e conseqüentemente, toda sua atitude com relação a escola.

Aos 41 anos de idade e com filhos adolescentes entendo que realmente essas condições objetivas que definem as atitudes dos pais e dominam as escolhas importantes da carreira escolar regem, também, a atitude das crianças diante dessas mesmas escolhas e conseqüentemente, toda sua atitude com relação a escola. Entendo isso, por minha vivência enquanto mãe, pois vejo o quão é difícil para as crianças e jovens trabalharem com situações que não entendem em sua plenitude. Ou seja, durante, os 2 anos em que tenho me dedicado em problematizar e analisar a formação de professores para um olhar voltado a não discriminação, me deparei com situações pessoais conflitantes, e que cabem ser explicitadas, pois apesar de singulares fazem parte da vivencia das crianças negras. Um dos conflitos vividos, foi o fato de minha filha passar por uma fase de stress, e em decorrência disto estava perdendo literalmente os cabelos e não queria ir a aula porque todos iam rir dela. Eu dizia para ela: - *filha você esta doente e teus colegas vão entender. Então ela aos prantos me dizia. – Mãe eles vão rir de mim como faziam quando era criança, e ninguém queria trabalhar comigo porque eu era negra e tinha o cabelo ruim.*

Ter ciência deste fato, só me move a cada vez mais, buscar elementos para de fato problematizar o cotidiano escolar.

Não obstante, conclui o curso de Ciências Sociais em (1992) e passei a trabalhar em (1993) na Pró-Reitoria de Extensão como secretária, no Departamento de Educação e Desenvolvimento Social.

Com minha eleição para direção do Sindicato em (1995), afasto-me das atividades na Pró-Reitoria, enquanto técnica e descubro outro conflito social, ou seja, como se processavam de fato as relações no interior das organizações sindicais. Vejo que, mesmo entre meus pares, a discriminação era algo presente, tanto de raça, quanto de gênero. Desnuda-se aos meus olhos a teoria que a única forma de discriminação existente é a de classe, pois, durante os dois anos em que estive na direção do sindicato sofri todas as formas de opressão por ser mulher e negra. Esta dimensão vivida me auxilia, a perceber toda a exploração de classe, sob o domínio das opressões e discriminações.

Ao término do mandato retorno à Pró-Reitoria, agora assumindo uma nova atividade. Passo a assessorar os projetos realizados nas comunidades. Mais uma vez, abre-se um novo horizonte em minha perspectiva, agora com o mundo da educação e da interdisciplinaridade. Creio que este tenha sido mais um passo significativo em minha elaboração, pois as dinâmicas impelidas pelas necessidades das comunidades conduziram a Universidade, de uma forma singela, a repensar o seu próprio fazer. Percebi isto tanto na inter-relação dos acadêmicos que se envolviam nos projetos, quanto nos professores e técnicos que buscavam alternativas para responder a esta realidade complexa.

Nesta perspectiva fui designada pelo Pró-Reitor de Extensão, meu chefe na época, a especializar-me nas transversalidades de gênero e raça, e busquei conhecer mais a fundo autores que trabalham com estas questões e, me deparei com uma realidade racial completamente desconhecida por mim.

Meu primeiro trabalho rumo a esta ação foi um Projeto intitulado Resgate Cultural, Memória e Tradição da Cidade de Alvorada, tida como a mais violenta cidade do Estado do Rio Grande do Sul. A principal descoberta que fiz ao longo da pesquisa, foi: quem eram de fatos os cidadãos alvoradadenses¹⁴. Em sua grande maioria a população era da raça negra e composta por mulheres, que historicamente sempre tiveram papel de destaque na constituição da cidade, seja pelo lugar preponderante que desempenhavam como chefes de família, seja pela auto-organização da comunidade, através de almoços e chás das associações de moradores que garantiram políticas de habitação (em Alvorada foi constituída a maior ocupação urbana do Cone Sul: A ocupação de Bairro 11 de Abril), saneamento, luz e água para região. Ou até mesmo, a contribuição efetiva no processo de emancipação da cidade. Se estas questões já não eram o suficiente para aguçar a mente curiosa de uma cientista social, descobri ainda, que Alvorada é tida como a 2ª Bahia no Brasil em número de casas de Religião de Matriz Africana.

Como cientista social, mulher e negra que sempre procurei ler além da superficialidade das coisas, já tinha uma grande intuição do porque a cidade era tida como a mais violenta do Estado. Mas, no mundo da academia, precisamos sempre substanciar os fatos, para não incorrer no erro de uma leitura equivocada da realidade. Então, preocupei-me em materializar uma análise comparativa entre os índices e tipos de violências registrados na Cidade de Novo Hamburgo, uma cidade industrial, com a constituição populacional primordialmente composta pela etnia

¹⁴ Como é denominado os moradores da Cidade de Alvorada.

alemã. O surpreendente. Os registros de ocorrência policial em Novo Hamburgo eram em número superior¹⁵ (nos diversos tipos de criminalidade) aos de Alvorada.

Pela primeira vez, tinha diante de mim, não só a intuição de que para além da exploração, existem também formas de dominação estrutural-ideológicas, que, através do exposto por IANNI (1988, p. 87), fica evidente a relação do capitalismo com os estereótipos criados. Ou seja, como ele descreve:

O que predomina, à medida que avança o século XX, é a organização capitalista das relações de produção. Pouco a pouco, toda as esferas da vida social são determinadas ou recriadas e reproduzias segundo as exigências das relações político-econômicas do capitalismo. Nesse contexto, o que parece ser sobrevivência de traço cultural africano ou escravista só tem sentido enquanto elemento cultural inserido nas relações capitalistas presentes. O que parece ser anterior só tem aparência anterior.

Por isso é que no século XX as pessoas são também classificadas como branco, negro, mulato, índio, mestiço, italiano, alemão, japonês e assim por diante. Na reprodução social da vida, na fabrica, fazenda, escola, igreja, quartel e outras esferas da sociedade, reproduz-se tanto o que é material como o que é espiritual. Ao recriar e reproduzir as relações sociais, a sociedade reproduz continuamente tanto o negro e o branco – ou outras raças – como as imagens e os atributos que cada um e todos possuem de si mesmos e uns com relação aos outros.

No avanço da construção das relações no sistema capitalista não se cria apenas a classificação de branco ou negro, como é salientado por IANNI, define-se o que a sociedade incentivará ou desprestigiara de cada cultura para estabelecer os novos elos de relações. Neste sentido, a pesquisa feita na cidade de Alvorada dialoga com todas as dimensões relevante a este estudo. Mostrou, na realidade objetiva, que uma cidade ao caracterizar-se nitidamente como negra e com ênfase especial na construção da classe trabalhadora, enquanto prestadora de serviços

¹⁵ Os registros eram superior tanto em número de ocorrências registradas, quanto o tipo de delito eram mais graves em Novo Hamburgo, que em Alvorada.

para região central, não só é estigmatizada, mas tem posição determinada no processo estrutural do capitalismo.

Não pretendo me deter nesta relação Centro-Periferia e no processo de urbanização, pois demandaria grande dedicação e não é este o foco deste estudo, mas, saliento apenas que, no processo de compreensão mais global dos elementos, a exploração capitalista recorre às discriminações, este é um elo importantíssimo.

Voltando à análise anterior das descobertas do trabalho em Alvorada, saliento a importância da pesquisa ter sido feita pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e ser contratada pela Prefeitura de Alvorada, com a intenção de produzir um livro sobre a história da cidade. Nós, enquanto universidade, encaminhamos os resultados da pesquisa, construímos um vídeo do trabalho realizado, encaminhamos todas as fitas das gravações feitas mas, todo este trabalho, não saiu das gavetas das secretarias da Prefeitura.

É importante destacar a papel do conhecimento produzido pela Universidade enquanto esfera pública de poder a serviço das comunidades. Assim, esta distinção que dialoga com a implementação das Cotas na UFRGS e não em uma Instituição privada.

O livro construído com base na pesquisa realizada, não deu crédito algum aos pesquisadores, nem mesmo à veracidade das descobertas feitas. O texto parece mais um romance onde não existem sujeitos sociais concretos, que conta a história romantizada do quanto a cidade possui em belas áreas de lazer e o quanto se faz mais e melhor na cidade.

Trazer minha história é também falar dos sujeitos sociais desta pesquisa, pois quando Luanda e Tatiana me dizem das dificuldades enfrentadas ao ingressar na universidade, por serem negras, entendo o que querem dizer, por já ter passado por isso. Ou mesmo quando dizem que começam a vislumbrar outros horizontes quando começam a trabalhar com extensão universitária, seja no projeto Conexão dos Saberes, seja dando aulas nos Cursinhos Pré-Vestibulares, organizados por estudantes da própria universidade, para negros e carentes. Ou mesmo a história dos professores como a Maria Aparecida e o José Carlos, onde a história da Cida enquanto branca que incorpora a luta por Cotas para negros e índios, por entender o processo e saber de sua tarefa como educadora em dialogar com a diversidade. Me utilizando o escrito pelo Poeta Negro Solano Trindade *Nem todo Negro é meu irmão, nem todo branco é meu amigo*.

Estas configurações nos conduzem a possibilidade de um novo olhar. E o novo, nesta busca, é analisar as formas, que ao longo das lutas, foram construindo as organizações e as vitórias. Perceber as vitórias ou frustrações como constitutivas de um processo mais abrangente, que sirva de referência para o conjunto da sociedade.

* Professora Maria Aparecida é professora titular da Faculdade de Educação da UFRGS e coordena o Projeto Conexão dos Saberes

* Professor José Carlos dos Anjos é professor titular do Inst. Filosofia e Ciências Humanas na UFRGS e orientador do GT de Ações Afirmativas da UFRGS

4 AS ORGANIZAÇÕES NEGRAS E EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA

Este capítulo tem duas preocupações fundamentais, uma que retrata a importância da luta negra através de suas organizações, sejam elas políticas, de assistências sociais, culturais, religiosas e outras. Visto que se tem no Brasil atualmente segundo o Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade - CEERT, mais de 700 organizações do Movimento Negro.

O segundo ponto é a relevância do Movimento Negro Organizado como Movimento de combate a discriminação racial que tem privilegia como eixo central de suas reivindicações à educação quanto forma mudança das idéias do racismo.

Com a conotação de que o racismo se constituiu ideologicamente e se pauta na discriminação racial para criar as desigualdades de oportunidade e de acesso que dão origem as mais variadas formas de exploração social, que se apresentam tanto no campo econômico quanto no político-jurídico, social e cultura. Nos remetendo assim a análise da educação como parte de um processo ideológico de manutenção da hegemonia econômica e racial eurocentrica, a qual através de uma nova ordem contra-hegemônica permite as bases para uma sociedade em que tenha como signo a diversidade e a igualdade.

Pois como salienta Lia Faria em seu artigo intitulado O papel da Escola no Processo de reversão (ou eliminação) da exclusão social (1996, p. 9-10):

Longe de ser uma pratica desinteressada e neutra, a educação é um importante instrumento de reprodução social, impondo ao educando o modo de pensar considerado correto, a maneira “científica”, “racional”, “verdadeira” de se entender e explicar a sociedade, a família, o trabalho, o poder, bem como os modelos sociais de comportamento, as formas tidas como corretas de se comportar na família e no trabalho, de se relacionar com Deus, a autoridade, o sexo oposto, os “subalternos”, etc.

Esta característica de reprodução de comportamentos trazida por Faria é significativo, contudo a postura de mudança também necessita ser observada, pois o movimento social negro ao optar como forma de reorganização da luta a educação, aposta no mesmo como instrumento possível à mudança de mentalidade. Segundo Giroux (1988, p. 32), “a escola é uma das esferas públicas, juntamente com as associações de classe, sindicatos e partidos, isto é, espaços onde a sociedade discute e procura soluções para os seus problemas coletivos”.

As organizações negras a muito já entenderam isso. Mesmo antes do final da escravidão o Estado Brasileiro enquanto Instituição, já tinha a preocupação de determinar os critérios de acesso ou possibilidades aos negros na escola.

O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro 1854 – proíbe nas escolas públicas do país a admissão de escravos, e prevê a instrução de adultos negros dependendo da disponibilidade do professor. Ainda, o Decreto nº 7.031-A, de 06 de setembro de 1878, estabelece que os negros só podiam estudar no horário noturno. Teve-se ainda neste período a Lei Eusébio de Queirós, que aboli o trafico negreiro no Brasil, e ao mesmo tempo a Lei que regulamenta a posse e venda de terras.

Se observa assim, que a desigualdade entre brancos e negros não se deu de forma particularizada e individualizada, pelas potencialidades dos sujeitos. Mas se consubstancia por vias institucionais da Coroa Real.

Segundo Gohn (1995, p. 42), “as revoltas eram constantes, sendo a da Bahia uma das mais significativas. O apoio à causa da abolição começava a aparecer, vindo a ser transformado nas décadas seguintes na principal questão do país”. A história oficial nos induz a crer que as lutas negras nunca se deram de forma organizada, no entanto se pode citar apenas um dos vários exemplos que retrata o quanto é necessário se re-estudar a história, ou seja, em 1857, apenas 30 anos antes da abolição da escravatura, se teve no Rio de Janeiro a primeira Greve de Escravos-operários do Brasil, Gohn (ibid).

Este fato é significativo, uma vez que, a maioria dos acadêmicos, bem como os militantes sindicais no país, reconhecem as lutas organizadas a partir do anarco-sindicalismo, ou seja, do ingresso da imigração Italiana.

Problematizar estes elementos dão sentido as indagações levantadas pelo Professor Cunha Junior, *de que a produção acadêmica, produzida conta apenas a história dos eurodescendentes, seja pelos setores mais reacionários ou progressivos da intelectualidade*. Ou como ainda expresso pelo militante trotskista, James Cânon (2000, p. 03):

O movimento socialista anterior [...] jamais reconheceu a necessidade de um programa especial para a questão do negro. Esta era considerada pura e simplesmente um problema econômico, uma parte da luta entre os operários e os capitalistas, a idéia era que não se podia fazer nada sobre os problemas especiais da discriminação e desigualdades antes da chegada do socialismo.

Dialogar com essas dimensões me reporta ao retratado pelas alunas, em especial pela Tatiana, que me disse: *o racismo é anterior ao capitalismo e posterior ao socialismo*. As organizações negras de uma forma intuitiva, já haviam percebido isto ao longo do processo histórico.

Trilhar o caminho constituído pelo movimento negro até a formulação de que o Estado tem papel emblemático, através das políticas públicas e ações afirmativas como forma de reparações aos crimes da escravidão, pois em 2001 na Conferência Internacional Contra o Racismo, a Discriminação, a Homofobia e todas as formas de Intolerância, Correlatas, em Durban, na África do Sul, onde o racismo foi reconhecido como Crime que Lesa a Humanidade, é preponderante para se perceber a possibilidade da mudança estrutural das condições de desigualdade vividas pelos negros.

A política de cotas em sua formulação atual é um anseio da história contemporânea, no entanto, tem suas raízes desde as associações de ajuda mútua do início do século XIX, passando pela Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, a fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978 até a configuração da Lei de Cotas em 2001.

Contudo, procuro lançar um olhar mais cauteloso sobre as formas que a dominação de classe assume para institucionalizar as lutas anti-racistas, criando os paradoxos e antagonismos de classe, entre as demandas do movimento, a implementação das políticas públicas e ações afirmativas e a forma que o conjunto da sociedade vê, entende e analisa este processo.

Entender a lógica dos espaços negros, seus expoentes culturais/artísticos/religiosos como agentes políticos na busca pela igualdade racial em especial no mundo do trabalho e na educação, e mais compreender o processo educativo que esta luta traz em seu cerne, como o de conscientização da condição de igual, em uma sociedade que é marcada pelas desigualdade enquanto possibilidade de conjugação com a diversidade, é romper com lógica viciada da discriminação e proporcionar a educação a possibilidade de desempenhar seu papel transformador.

Entender o papel educativo da luta negra inferindo no papel social da educação, é contribuir no processo de desalienação em que o capitalismo submete a todos de uma forma indistinta, criando a divisão dos próprios trabalhadores, seja, pelas questões de exploração de classe através de salários e condições de trabalho diferenciadas, entre negros e brancos, homens e mulheres, seja pelas possibilidades de acesso aos recursos institucionais, como escolas, universidades e outros.

Pois, tanto as relações sociais de produção, como a escola educam o trabalhador para divisão, e essa gerada que permite que o conhecimento científico e o saber prático sejam distribuídos desigualmente, também não nos permite ver que o centro da construção das relações sociais é o trabalho, e este tem intrínseco um principio educativo que rege a lógica da organização social.

Assim como disse anteriormente, no inicio desta dissertação, “os inícios na ciência são sempre difíceis”, tendo como base essa dificuldade, trago a educação não apenas em seu aspecto formal, mas dialogo com os processos educacionais do trabalho enquanto principio educativo, e o papel que as organizações negras

assumem no fazer de suas lutas anti-discriminatórias, como mecanismo de inserção no mundo do trabalho, e ao refazerem-se enquanto organização. Vejo reforçada essa idéia isso nas palavras de Gramsci (1982, p. 119):

Pode-se observar, também, que os órgãos deliberativos tendem cada vez mais a diferenciar sua atividade em dois aspectos “orgânicos”: o deliberativo, que lhes é essencial, e o técnico-cultural, onde as questões sobre as quais é preciso tomar resoluções inicialmente examinadas por especialistas e analisadas cientificamente... Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia da carreira terminou por controlar os regimes democráticos e os parlamentos... Já que se trata de um desenvolvimento orgânico necessário, que tende a integrar o pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concreta de administração das atividades praticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas...

Esse processo que inicialmente se deu enquanto tendência necessária da produção industrial e que engloba toda vida em sociedade, demonstra não só o caráter orgânico da educação e do mundo do trabalho, mas as diferenciações nas organizações sociais . Desta forma no processo de ação e interação surgem quadros especializados que refletem a oxigenação das próprias organizações.

Analisar este processo e sua interação com o fazer educativo próprio desta nova cultura, é um dos aspectos que necessita ser abordado, pois não é o trabalhador em especial, mas o trabalhador negro, por pertencer a uma cultura própria, que historicamente foi negada, mas é incorporada também no mundo da produção, a relação estabelecida pelos processos desencadeados nas lutas concretas e cotidianas, ao se relacionarem conflituosamente, ou não, com outras realidades, produz uma nova mentalidade.

Segundo Gramsci, (1982, p. 119): “O tipo tradicional do “dirigente” político, preparado apenas para as atividades jurídico-formais, torna-se anacrônico e representa um perigo para a vida estatal [...]” As organizações e os dirigentes negros

ao interagirem a nova organização social pós-escravidão, pós-organização do mundo trabalho através da industrialização, ou no processo de globalização, demandando lutas específicas para a inserção nesta nova realidade, também, refletem através da apropriação de novos hábitos uma nova forma de organização.

Ter a percepção do princípio educativo do trabalho, enquanto processo intrínseco aos programas de luta das organizações negras, é o fio condutor desta pesquisa, porque *“cada atividade intelectual tende a criar círculos próprios de cultura que assumem a função de instituições pós-escolares”*, Gramsci (ibid.).

Desta forma a materializar a possibilidade de uma contra-cultura racialmente dominando a eurocentrica, as próprias organizações negras é quem devem produzir seus quadros dirigentes, ou em termos Gramscinianos, seus intelectuais orgânicos. E nessa perspectiva se ter um grande número de negros e índios nas instituições formais de ensino, em especial nas universidades e condições fundantes. Pois, só assim, o saber produzido academicamente será questionado para a incorporar a diversidade sócio-racial da sociedade.

Decorrentes desta condição têm nitidez do processo colocado para o trabalhador negro em combate as estruturas racistas na manutenção do parâmetro social vigente. Então, como diz Santos (1997, p. 15) *“Somente a História nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstruí-la, para incorporar novas realidades e novas idéias”*, que, para negros e trabalhadores em geral, só perpetua sua condição de miserabilidade.

Em nosso caso, observar como se dá aplicabilidade destas novas idéias e realidades, implica em ressignificar o contexto social no qual se inserem os

militantes e trabalhadores negros, chegando a ser, em um determinado momento, os intelectuais orgânicos de uma contra-hegemonia.

O papel desempenhado pelas organizações como os clubes, agremiações e fundamentalmente os terreiros religiosos, que ao longo da história, guardaram e guardam os fundamentos de uma cultura ancestral e os princípios de uma identidade cultural. É importante salientar essa dimensão da religiosidade para cultura negra, em especial para mim, visto que faz muito pouco tempo que a ciência esta se apropriando do dialogo das subjetividades na construção coletiva, e a religiosidade negra e africana, ainda tem muito a ser investigado. Mas a preponderância da mesma enquanto preservadora da identidade através da tradição, e especificamente os seus princípios, que alguns chamam de mítico, mas boa parte da população negra, tem como elementos balizadores de suas vidas. E que através de um arcabouço filosófico e explicação de mundo, possibilitou a resistência enquanto grupo sócio-racial.

4.1 A LUTA NEGRA PELA ESCOLARIDADE E A POLITICA DE COTAS

A interface entre as organizações negras, de cooperação mútua, do movimento na década dos anos de 1930, que deu origem, no ano de 1937 a Frente Negra Brasileira (FNB), que se transformou rapidamente em uma organização nacional. Aglutinava vários clubes, agremiações e terreiros, e tinha como foco central à alfabetização de negros e negras, para a inclusão no mercado de trabalho. Rapidamente assumiu uma perspectiva de combate e denúncia da discriminação racial, tornando-se uma forte arma política e organizativa dos negros brasileiros na luta contra o racismo, refletindo o movimento Internacional Pan-Africanista.

As organizações negras da contemporaneidade, como o Movimento Negro Unificado - MNU, fundado no ano de 1978, a Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN, no ano de 1982, que reúne ONG de vários Estados; o Movimento de Quilombos que possui organizações regionais; o Movimento Nacional de Mulheres Negras; e, o Fórum das Religiões de Matriz Africana, assim como muitas outras organizações do movimento social negro, vem demandando uma luta histórica pela inclusão de políticas públicas e ações afirmativas.

Entender a lógica entre a discriminação e os processos organizativos que o movimento assume, como mecanismo de enfrentamento, hoje, é primordial, visto que, a lógica estruturante das organizações para encaminhar as suas reivindicações de políticas públicas junto aos governos, ultrapassa o discurso hegemônico, e possibilita através do questionamento das bases sociais, em que a sociedade se organiza, a construção de uma contra-hegemonia.

Este paralelismo entre passado/presente/futuro, prática/teoria nos leva à compreensão dos caminhos, além da retórica política/militante que se expressa nas ações, que o movimento negro adotou, para garantir visibilidade de sua luta, ao longo da história e, em especial, na atualidade. E mais, ver nesta trajetória histórica das organizações e o papel desencadeado com base em seus princípios e concepção de mundo.

O Teatro Experimental do Negro, criado por Abdias do Nascimento, no ano de 1944, que segundo o próprio Abdias em seu livro *O Quilombismo*, (2002, p. 78), “Foi concebido fundamentalmente como instrumento de redenção e resgate dos valores negro-africanos, os quais existem oprimidos e/ou relegados a um plano

inferior da chamada cultura brasileira...”, o TEN, assim como, muitos terreiros, agremiações clubes negros e organizações da atualidade, possuía uma forma às vezes reivindicatórias e às vezes apenas sócio-educativa. Durante o período de sua existência a resposta governamental dada a estas organizações, através da Ditadura militar do ano 1964, foi com a repressão e perseguição, levando as organizações, por força das circunstâncias, a perderem seu efeito político de contestação e seu papel pedagógico de organização antidiscriminação.

É esta conjuntura que temos no marco nacional e que reflete uma tendência do movimento internacional de combate ao racismo. O movimento negro passa por todo um processo de re-organização que caracteriza, também ,novas formas de dar respostas a luta anti-discriminação e ao racismo. Contudo, neste momento não possuo condições de me aprofundar nestas questões, com a dedicação que elas necessitam.

Caracterizo apenas as configurações mais recentes que esta discussão tem tomada na realidade brasileira, desde os elementos institucionais, até mesmo o marco das leis, conferencias e ações políticas que as constituem. Desta forma, se vê uma série de conformações políticas públicas, tais como, Malvina (2005, p. 3):

[...] as políticas públicas encontra sua história nos vários tratados internacionais de Direitos Humanos, assinados pelos governos brasileiros desde 1948 coma Declaração Universal dos Direitos Humanos e as Convenções Internacionais da década de 60. Destas, principalmente a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1969, que introduz o principio da discriminação positiva (consignado na atual Constituição Brasileira) sustenta (1) o dever do estado de erradicar a marginalização e as desigualdades e as desigualdades, (2) o estabelecimento de prestação positivas em prol da promoção e integração de segmentos desfavorecidos e (3) a prescrição da discriminação justa para compensar a desigualdade de oportunidades ou fomentar setores considerados prioritários.

Com base na trajetória das políticas públicas, através dos Conveções internacionais e na constituição de Leis que as ratificasse, a historicidade atual não foge a esta regra. Ou seja, o movimento negro a luz da trajetória histórica em 2001 participou ativamente da Conferência Internacional, em Durban na África do Sul, Contra o Racismo, o Machismo, a Xenofobia, a Intolerância e todas as formas de discriminação correlatas, que teve em muitas resoluções a principal que considerou a escravidão como Crime contra a Humanidade. E em decorrência sanciona a todos os governos de países que usufruíram da escravidão, a consubstanciar políticas públicas reparatórias ao povo negro, (descendentes de africanos).

Desta forma, o Movimento Negro Mundial, e aqui, o Movimento Negro Brasileiro possuem assim, uma consigna, que visibilize suas reivindicações e unifique as ações. É imerso a essa conjuntura que em 2001, o Governo Brasileiro, antes mesmo de ir para Conferência, por receber o relatório das Organizações Unidas, que ratificava a situação das desigualdades tendo como fonte a discriminação racial, lança uma Medida Provisória estabelecendo Cotas nas Universidades¹⁶.

Se denota com este fato a falta de informações e esclarecimento em a sociedade de uma forma mais ampla se depara, onde o dialogo foi inexistente, tornando uma reivindicação histórica de mais de 20 anos de luta do movimento negro, em lei da noite para o dia.

¹⁶ É importante frisar que participei ativamente desta discussão.

4.2 COTAS COMO POSSIBILIDADE DE PENSAR E REPENSAR O FAZER EM SALA DE AULA E NO COTIDIANO

Aqui, faço um diálogo com a experiência educacional propiciada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Projeto Pré-Vestibular Afro-Indígena, e a disciplinas de Sociologia da Educação (turmas A e B), que ministrei no estagio docência, no primeiro semestre de 2005. Bem, como as palestras que proferi (em três turmas), na disciplina Identidade Docente, no primeiro semestre de 2006.

Estas vivências, são importantes serem registradas ao dialogarem com o parâmetro da discussão de cotas, visto que, tive contato com 5 turmas ao longo do período, com alunos das diversas licenciaturas da universidade. Cheguei a trabalhar com mais 130 estudantes. No entanto, confirmando o registrado pelas estatísticas oficiais sobre a situação dos estudantes negros no ensino superior, tive apenas 10 alunos negros. Por vezes, quando vejo o mapa da cor no ensino superior, do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2000, que diz que: dos 28.508.61 de alunos que frequentam as Instituições de Ensino Superior, 2.249.155 são brancos, 559.906 são negros, 37.403 são amarelos e 4.397 são índios, não consigo acreditar, mas a realidade percebida não deixa dúvidas.

Trazer como perspectiva a unidade entre as ações das organizações negras, nas instituições educacionais públicas e as políticas demandadas pelos governos, como forma de dirimir as desigualdade, por mais singela que seja a experiência é necessário ser diagnosticado. Assim, os projetos Pré-Vestibulares Populares que têm origem nas Organizações Negras. A Universidade, ao possibilitar novos olhares sobre a realidade, buscando para o seu fazer cotidiano, também a incursão de curso

Pré-Vestibular para Negros, Indígenas, Carentes e Portadores de Necessidades Educacionais Especiais. O governo, ao financiar os projetos pré-vestibulares, assumindo para si o discurso da diversidade racial. São elementos significativos desta dissertação.

Com isso problematizo o ingresso de parte significativa da população ao ensino superior, não apelas ao que tange ao acesso e permanência, mas fundamentalmente no que se refere ao aspecto pedagógico. À luz do debate educacional, não estou fugindo ou mascarando o viés econômico pertinente a esta questão, pois em tempos de globalização é impossível falar de mercado ou trabalho, sem nos reportarmos ao papel preponderante que a educação tem neste sistema de "competências", ou seja, definir quem estará empregado, em que postos e basicamente em que condições. Isto significa dizer que, se a educação de um povo é importante para sua constituição social, hoje, ela adquire um papel mais relevante, pois define as relações sócio-econômicas de uma nação, povo ou etnia. Segundo Muniz Sodré (2001, p. 145):

A globalização tecno-econômica do mundo - que é uma etapa qualitativa da mundialização, uma nova etapa qualitativa da planetarização, que aceita a fragmentação territorial, mas nivela culturalmente as diferenças de povos e costumes em função da virtualidade do mercado - deixa intocada a questão do etnocentrismo ocidental. Deixa intocada a questão essencial da heterogeneidade humana, heterogeneidade simbólica.

Na perspectiva adotada por Sodré, como enfatizei anteriormente, a lógica perversa do avanço tecnológico capitalista em nome de um mercado global aceita a diversidade, desde que a regra dominante seja a da cultura dominante, os padrões do aceitável social, política e culturalmente permanecem os da cultura européia, branca e cristã.

Trazer o diálogo pedagógico, também, enquanto construtor das desigualdades, para, aí sim, se buscar a igualdade. Implica em entender a discriminação tendo a ver com possibilidades, ou seja, condições de acesso aos recursos materiais da sociedade, e não com identidades, como já disse anteriormente. É, neste prisma que se insere a questão das cotas não apenas como número de negros que ingressam nas universidades, mas como sujeitos sociais uma vez imersos nesta nova realidade, questionando não apenas o que é ensinado, mas fundamentalmente o que não é ensinado sobre sua cultura ou realidade.

Nas entrevistas encontrei esta dimensão trazida pelas alunas, e me marcou de forma significativa o relato da Luanda, quando diz: *Um dia em aula o professor de literatura ia trabalhar com a gente literatura brasileira. Então perguntei pra ele se íamos trabalhar com a literatura negra. E ele me disse para que Luanda se só eu tu conhecemos. Bem, estamos em uma universidade não porque sabemos, mas sim porque vamos aprender. Se tivesse um número significativo de negros em sala de aula não garantiria que este professor por livre e espontânea vontade, fosse trabalhar o assunto, no entanto, a Luanda poderia dizer, ao professor, - não professor e mais 20 aqui presentes queremos estudar este tema.*

As experiências registradas anteriormente de problematizar a questão racial nos espaços de sala de aula, também, encontraram acolhidas nas entrevistas. A entrevista da Professora Maria Aparecida, por exemplo, que relata sua experiência em buscar trabalhar com essa perspectiva em suas disciplinas, mesmo ainda, não estando formalmente no Currículo.

Da complexidade que nos impõe a nova agenda de discussões culturais, de modo a provocar rupturas nos valores hegemônicos pelo culturalismo, às discussões emergentes a partir do atravessamento do discurso da diversidade sociocultural brasileira, surgem perspectivas que me remetem a dar conta de discussões que há muito permanecem em um subterrâneo das verdades: “O Culturalismo que foi a lógica dessas operações no período clássico do colonialismo europeu, retorna com novos matizes sob a globalização financeira do mundo” (SODRE, 2001, p. 151).

Assim, compreendo que o acesso à educação não é simplesmente uma forma de responsabilizá-la, de resgatar da miséria parte da população brasileira, pois como Foucault (1970, p. 43-44) nos diz:

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles trazem consigo.

É nesta busca de possibilidades que trago a experiência do Programa Diversidade na Universidade, do Ministério da Educação e Cultura, através do Pré-Vestibular Afro-Indígena da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, que teve início no ano de 2003, as experiências docentes nas disciplinas de Sociologia da Educação e Identidade Docente, mas sobretudo, a importância do processo de cotas desencadeado pelo GT Anti-Racista.

Discorrer ou relatar sobre estas vivências, significa antes de tudo, descrever de que “lugar” e “olhar” me refiro. Implica em dizer que em nome da diversidade

racial é preciso adotar nova postura frente ao processo educacional. Analisar qual concepção está presente e se impõe ao sujeito social histórico, como o descrito por Brandão no livro, *Identidade e Etnia: A Construção da Pessoa e A Resistência Cultural* (1986), “De um lugar Generalizante (com uma posição social abstrata) como o historicamente definido, ou Significativo no qual damos atenção aos seus sentimentos, pensamentos, expectativas e a sua realidade”.

Vive-se num país de enormes desigualdades, o estado não oferece um ensino básico de qualidade à população mais carente, e acaba propiciando o não acesso dessa população às universidades.

A experiência aqui trazida dialoga em algumas dimensões, quais sejam: 1 - Da importância da 3ª maior universidade do país mesmo que não em sua totalidade aceitar participar deste tipo de ação afirmativa; 2ª Da perspectiva de contribuir para a formação para diversidade racial dos futuros profissionais que a UFRGS forma; 3ª De possibilitar a negros e a índios a convivência em um novo espaço de socialização abrindo assim o que Bourdieu (2001), denomina sua perspectiva de Capital Cultural; 4ª Da parceria de organizações negras na elaboração e implementação de uma política historicamente demandada por elas.

Este projeto propiciou algumas reflexões importantes contribuindo no processo de construção de um currículo e formação de professores para o respeito as diversidades.

A experiência de alunos negros, índios, portadores de necessidades educacionais especiais e brancos (carentes) em um ambiente, onde não se buscava

abstrair as desigualdades, mas ressaltá-las de forma a resignificá-las e aí, sim, dirimi-las, foi elemento enriquecedor.

Tendo em sala de aula uma realidade rica e impar, propiciada pela diversidade racial, entendo que, mesmo assim ainda se terá muito a caminhar para mudar a realidade de discriminação racial e social. Os alunos precisam não só saber que estão imersos em um contexto discriminação, mas também, necessitam entender como isto acontece, e que pequenas ações como as que estão surgindo, seja através do Projeto como o Conexão dos Saberes, seja pelas manifestações e atos intra e extra muros da universidade, mudam não apenas sua vida imediata, mas possibilitam um pequeno avanço na estrutura da instituições públicas como a universidade. Esta é levada a pensar de forma diferente para dar conta deste novo desafio, ou até mesmo, para "formar" seus alunos, de modo comprometido socialmente, racial e politicamente.

CONCLUINDO O TEXTO PARA RECOMEÇAR O SONHO COLETIVO

Como dizia Leon Trotsky, *Todas as revoluções são impossíveis, até que se tornam inevitáveis*. Há vinte anos passado falar em Políticas Pública e Ações afirmativas de Cotas nas Universidades Brasileiras, era um anseio do Movimento Negro Brasileiro, mas não passava disto. Hoje o sonho impossível começa a se configurar em realidade, com base na política de reparações e nas mudanças das Legislações anti-racistas.

A difícil realidade mostrada pela Professora Elielma Ayres Machado, em sua Tese sobre Desigualdades Raciais e Ensino Superior, onde traz os dados do MEC (2000) sobre a composição racial nas Universidades, onde Negros e Pardos perfazem um percentual de 15,7% dos formandos e são 45% da população Brasileira, se tem a representação dos brancos em 80% dos formandos e 54% da população, ou mesmo a representação dos amarelos (origem asiática) que são 2,4% dos formandos e apenas 0,4% da população, evidencia que a realidade para negros e negras como se diz no movimento negro, continua cada vez mais “branca”.

Dialogar com dados nesta pesquisa é consubstanciar a importância do Movimento demandado pelo GT Anti-Racista, pelas ações do Movimento no Estado

do Rio Grande do Sul e significativamente pelo processo paulatino que vem sendo construído no conjunto das Universidades Brasileiras. Saber que das 88 Universidades Estaduais e Federais, se tem 61 ainda sem nenhum tipo de Ação Afirmativa e apenas 27 com alguma modalidade de Ação Afirmativa, é pouco frente à composição racial brasileira, mas é um avanço frente ao racismo estrutural da sociedade.

E tenho condições de fazer esta análise apenas depois de findado a escrita desta dissertação. Dos 4 capítulos que trago aqui não tenho e não tive a pretensão de trazer definições acabadas e resolvidas, pois analisei um processo em curso, que me mostrou e apontou várias perspectivas de ver um presente em mudanças e um futuro com possibilidades de transformações.

Essas possibilidades que me foram trazidas em especial pelas alunas que entrevistei e com quem em muito me identifiquei, pela trajetória pessoal de serem mulheres negras, firmes na busca de seus futuros acadêmicos, mas com o sonho da diversidade na academia, me trouxe o oxigênio enquanto pesquisadora. O diálogo com a Professora Maria Aparecida que é uma mulher branca e por seu entendimento de vida mostra que a intolerância é um processo construído culturalmente, não se nasce assim, se aprende através de uma serie de fatores, a se ser intolerante com negros, índios, pobres e tantos outros. É uma questão cultural, educacional, logo, se pode aprender a deixar esta perspectiva de lado. Ela me dizia na entrevista *“Não sei de onde vem minha identificação com estas questões sociais, mas mesmo antes de estar no GT Anti-Racista já tinha este entendimento”*.

Ou mesmo, as entrevistas com gestores, como Ângelo Ronaldo, meu colega técnico, e Secretário da Secretaria de Assuntos Estudantis da Universidade, que vem com muito esforço criando ambientes na Administração Pública para fomentar o debate sobre a discriminação racial, ele foi parceiro do movimento negro desde o início da sua gestão. Organizou os primeiros Seminários Oficiais da UFRGS sobre a questão, ou mesmo o primeiro Pré-vestibular da Universidade para Negros, Carentes e Portadores de Necessidades Educacionais Especiais. E vem sendo parceiro dos estudantes, não apenas para se ter Políticas Públicas e Ações Afirmativas de Cotas na Universidade Federal, mas para se ter políticas de permanência para estes e todos os alunos.

Esses fatos contribuíram para a conclusão deste texto onde fui respondendo ao problema de pesquisa, que era, Analisar a partir da LP 73/1999, que institui cota nas universidades, quais as formas que estão sendo gestadas no processo de implementação de Cotas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período de 2004 a 2006, e descrever quais as contradições criadas pelos mecanismos de dominação racial. Ao me propor entender este problema busquei saber como demonstrei, ao longo deste trabalho, quais eram os sujeitos sociais dentro e fora da universidade que desencadearam o processo. Conheci o trabalho integrado da Graduação, Ensino e da Pesquisa, através do Projeto Conexão dos Saberes, Coordenado pela Professora Maria Aparecida. Conheci as alunas e alunos que compõem o GT de Ações-Afirmativas da UFRGS. Tive ciência do papel dos gestores na materialização de um processo plural e que seja combinado com setores dos movimentos sociais, como as entidades sindicais da universidade e com as organizações do Movimento Negro.

O caminho escolhido para entender o problema da pesquisa exigia a materialização de objetivos que auxiliassem na elaboração da pesquisa. Então, com o objetivo de Conhecer quais as contradições entre o que é reivindicado através da LP 73/1999, que institui cota nas Universidades, como Políticas Públicas de Ações Afirmativas de combate ao racismo e quais as práticas de implementação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período de 2004 a 2006 em Porto Alegre – RS. Saber se o movimento constituído no processo reflete em sala de aula.

Descobri que o processo de implementação de Cotas da UFRGS, privilegia o diálogo com a comunidade universitária e o conjunto da sociedade Gaúcha, em parceria especial com Movimentos Sociais, no caso o Movimento Negro. Pois, todos os entrevistados relataram da importância da organização de Seminários, Palestras e Debates com essa finalidade. Mas, sobretudo, a necessidade de organizar caminhadas e oficinas que viabilizasse de fato a organização dos poucos estudantes negros que estudam na universidade e a presença de muitos outros negros que talvez nunca venham a fazer parte desta comunidade como estudantes, no entanto, descobriram que uma universidade pública também é seu espaço de muitas outras formas.

Uma de minhas preocupações de pesquisa era saber se o movimento demandado de uma forma ou outra encontraria acolhida no espaço de sala de aula. Bem, essa sim é uma preocupação que apesar de demonstrar acolhida ou pelo conflito ou questionamento da ausência de trabalho, necessita ser aprofundada e melhor investigada. Contudo, as entrevistas tanto de professores como alunos salientam que não basta se ter um número significativos de estudantes negros, é necessário pensar e repensar o fazer em sala de aula, que possa refletir a

diversidade racial de outras culturas e formas de pensar. Isso materializado possibilitará um avanço da própria prática acadêmica.

Combinado ao objetivo geral da pesquisa trouxe os objetivos específicos que foram:

1) Conhecer as reivindicações de ações afirmativas e políticas públicas do movimento negro, no tocante à educação;

Ao propor este objetivo, cheguei a pensar que não encontraria dialogo na pesquisa de campo. No entanto, percebi que mesmo quando uma reivindicação se torna lei, ainda é necessária a mobilização constante de quem as demanda: Ou seja, a lei foi decretada, mas a aplicabilidade não pode apenas ser instituída. é necessário um caminho, um percurso de convencimento e de esclarecimento, para que tenha não mais uma imposição, mas uma aceitação, por parte daqueles que muitas vezes não entendem as contradições do processo.

No caso da UFRGS todas as ações constituída denotam que a demanda por cota será contemplada, mas ainda é um processo em curso, e o movimento negro e os alunos da universidade, se acercaram de várias táticas histórica das lutas gerais dos trabalhadores. Desde passeatas, manifestações até mesmo formas de expressão atuais, como Debates, Seminários, Oficinas ou mesmo, “lob” (pressão junto aos Diretores das Unidades Acadêmicas).

2) Caracterizar se há interface entre estas reivindicações trazidas pelo movimento negro e as políticas públicas e ações afirmativas instituídas nos espaços pesquisados;

A relação entre as reivindicações e a forma que se consubstancia a materialização, foi uma das coisas mais interessantes de perceber. Pois tanto os entrevistados do Movimento Negro como os Alunos, Professores ou Gestores Públicos, cada um tem muita nitidez do lugar e papel de cada instância no processo. O movimento sabe que o protagonismo da ação é dos alunos, pois eles são os sujeitos sociais que estão dentro da universidade. Os alunos sabem que a política pública e ações afirmativas implementada têm a ação social deles como relevante no momento, mas que eles só estão a frente do processo porque muitos outros em momentos anteriores lutaram para isso.

3) Analisar se o movimento desencadeado pela exigência de cotas na universidade se reflete no fazer acadêmico.

Como disse anteriormente essa é uma constatação que carece mais estudo, pois pelas questões apresentadas pelos alunos existem uma série de perspectivas que demonstram que positivamente o movimento desencadeado pela exigência de cotas reflete em sala de aula, ou seja pela participação nos debates ou pelo assunto estar na ordem do dia, tanto dos que são a favor como dos que são contrário. Um elemento que vi positivamente foi o fato da Faculdade de Educação ao estar passando por uma mudança curricular ter inserido a disciplina Identidade Docente, que é ministrada para todos os alunos dos cursos de licenciatura. Mesmo a observação desta conotação tendo sido parte da preocupação desta pesquisa, seria muito precipitado de minha parte fazer algum tipo de amarração ou de diagnóstico. Bará o senhor de tempo irá mostrar os caminhos que o movimento refletiu nos futuros educadores, professores ou profissionais que se formarem a luz deste processo de oxigenação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Junto a estes objetivos específicos os questionamentos de pesquisa que foram: 1) O movimento negro vê relação entre o processo educacional e o mundo do trabalho? 2) Existe antagonismo entre as reivindicações de políticas específicas para negros na educação e os processos de implementação das mesmas em esferas públicas? 3) Como é visto pela comunidade escolar a LP 73/199 de Cotas para negros na UFRGS?

Bem, os capítulos desta dissertação foram pensados na perspectiva de irem dialogando com os questionamentos de pesquisa e os objetivos. De uma forma geral encontrei consonância entre o que me questionava, e saber se para as organizações negras existe relação entre o processo educacional e o mundo do trabalho e quais as contradições geradas com o movimento de cotas na Universidade. Como pelo relato dos militantes acerca da importância que tem a educação para a comunidade negra ou, no seu aspecto formal de escolarização dos diversos níveis de ensino até a graduação, ou mesmo, pela experiência relatada pelas alunas que começaram a vislumbrar uma outra perspectiva ao começarem a dar aulas nos cursos pré-vestibulares para negros, consegui ter o entendimento necessário do questionamento associado aos objetivos.

A questão central desta pesquisa era analisar as contradições entre as demandas de políticas públicas e as formas de implementação. Como pautei no processo em curso, não tenho conclusões definitivas. Sei que até no próximo vestibular da Universidade Federal estará sendo implementada algum tipo de Política Pública e Ações Afirmativas que venha a viabilizar o ingresso de negros na Universidade e pessoalmente por mais que eu veja uma certa morosidade da implementação, como foi salientado pelo Onir na entrevista, entendo que o processo

esta permitindo uma solidificação do que na verdade significa uma universidade plural com respeito a diversidade. Não que se tenha da noite para o dia mudança na estrutura da UFRGS, mas as pequenas mudanças principalmente por que uma Instituição leva no mínimo 50 anos para se ter alguma mudança substancial, já é uma grande avanço.

Assim, entendo que este trabalho tenho por concluído, no entanto trago novamente os sonhos de uma vida inteira para buscar outras perspectivas de investigação, como será que se dará o processo de formação dos alunos que passaram pela efervescência do movimento desencadeado pelas cotas? Ou ainda, os alunos da licenciatura que vivenciarão o reflexo do novo currículo, onde se tem uma disciplina que trabalha com a identidade docente, essa identidade levará a diversidade de raça e classe em consideração na sua formação? O movimento que esta sendo gestado pelos alunos contrários as cotas, chegará a algo igual ao movimento internacional nazista dos Estados Unidos? Ou daqueles adolescentes que atearam fogo em um mendigo que dormia no banco de uma praça em São Paulo?

O mais relevante que aprendi nesta pesquisa é ter paciência e respeito ao outro. Então sei que minhas indagações como pesquisadora, são fundamentais para me mover na busca de respostas, e combinada com a coerência militante espero que através desta pesquisa tenha conseguido demonstrar que o equilíbrio da balança de Xangô tem pautado minha vida e as ações coerentes que observei durante a pesquisa.

E, mais, a matriz africana como princípio fundante da luta e resistência de um povo, pauta a minha vida, e a vida coletiva da grande maioria dos negros neste país, e a ciência, a academia deve entender que a educação só será transformadora quando levar em conta esta realidade. E para isso, se deve ter incluído no currículo a história de parte significativa da população, ou seja, olhar da diversidade de classe, gênero e raça. Quando de fato a Lei 10.639 seja implementada em todos os níveis de ensino e quando as Yalorixás e os Babalorixás forem reconhecidos como educadores natos da comunidade negra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICAXÊ. Rio de Janeiro: Instituto Cultural e de Pesquisas Llu Aye Odara, ano II, n. 2, 2005.

AMARAL, Gama Manuel. *O Povo Yao*. Lisboa: Universidade Técnica, 1990.

BIKO, Steve. *"Bantu"*. A Definição de consciência Negra. Bahia: Núcleo de Estudos Negros "Ubanu"/UNEB, 1971.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia a construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação - Reforma da Educação Superior - Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior - Documento II, 2004.

BRASIL. Projeto de Lei - Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privado, no âmbito da administração pública. 2005.

BRITO, Luiz Otávio de. *Natureza do Racismo*. Bahia: Núcleo de Estudos Negros "Ubanu"/UNEB, 2005.

BUARQUE, Cristóvão. *O que é Apartheid – O Apartheid Social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CASHMORE, Ellis. Dicionário de Relações Étnicas e Raciais. São Paulo: Summus, 2000.

CHEPTULIN, Alexandre. *A Dialética Materialista - Categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos Fazer Tabula Rasa do Passado*. São Paulo: Ática, 1965.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1995.

DOCUMENTO do grupo de Trabalho Interministerial, 20 out. 2003.

FERNANDES, Florestan. *Prefacio*. In: NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio Do Negro Brasileiro – Processo De Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1978.

FONSECA, Claudia. *Família, Fofoca e Honra – Etnografia de relações de Gênero e Violência em Grupos Populares*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michael - *A ordem do Discurso*, 1970.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. Petropolis: Vozes, 2001.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GIROUX, Henry A. *Os professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 158-163.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais – A construção da Cidadania dos Brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVEIRA, Valter Roberto (orgs.). *Educação e Ações Afirmativas - entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRASMICI, Antonio. *Os Intelectuais e Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. *Metodologia Qualitativa na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Brasília : Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HANCHARD, Michael. *Orfeu e Poder - Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo*. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: EDUERJ/UCAM, 2001.

HENRIQUES, Ricardo. *Valorizando a Diversidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

IANNI, Octavio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

KUENZER, Acácia Zeneida. A Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualismo estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. 1.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: Novos desafios para as Faculdades de Educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.19, n. 63, 1998.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 324-370.

LOPES, Luiz Roberto. *História do Brasil Colônia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

MAESTRI FILHO, Mário José. *O Escravo Gaúcho, Resistência e Trabalho*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

MAESTRI FILHO, Mário José. *Quilombos e Quilombolas em Terras Gaúchas*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1979.

MAGGIE, Ivonne. *Cor, hierarquia e Classificação: A diferença fora do lugar*. Trabalho Elaborado para o Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos/Associação Cultural de Estudos Contemporâneos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

MALVINA – Parecer do Projeto Dissertação – pg.03, 2005

MARX, Engels – Literatura e Ideologia – pg.42, 1980.

MARX, Karl – A Crítica da Economia Política – pg.14/15, 1982.

MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política – v. II*. São Paulo: Bertrand Brasil - Difel, 1987.

MARX, Karl; FRIEDICH, Engels. *A Ideologia Alemã - Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala, Quilombos, Insurreições Guerrilhas, Conquista*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio Do Negro Brasileiro – Processo De Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares, 2002.

NEGRO e Educação - Identidade Negra - Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil, Ação Educativa. Rio de Janeiro: ANPED, Fundação Ford, 2003.

OLIVEIRA, Vera Rosane Rodrigues. *Memória e Tradição - Resgate cultural Alvorada/RS. Relatório Técnico*. Porto Alegre: Pró-Reitoria de Extensão/UFRGS, 2000.

OLIVEN, Ruben George. *Violência e Cultura no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

ORO, Ari Pedro. *As religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos Subalternos*, Porto Alegre: UFRGS, 1989.

RACISMO Contemporâneo. Organização: Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

SANGER, Dircenara dos Santos. *Para Além do Ingresso na Universidade - Radiografando os cursos Pré-Vestibulares para negros em Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Univesidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 54-72.

SANTOS, Milton. *Técnica Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo: Hwaitec, 1997.

SILVA, Cidinha da (org.). *Ações Afirmativas em Educação – Experiências Brasileiras*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

SODRÉ, Muniz. Identidade Cultura e Globalização. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 145-156.

SWAHILI, Gabrie. "Ubuntu". *O Poder para o povo preto*. Bahia: Núcleo de Estudantes Negras "Ubuntu"/UNEB, 2005.

THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria ou Planetária de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais - A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto N.S.. *Bases Teóricas - Metodologia em Ciências Sociais - Idéias gerais para elaboração de um projeto de pesquisa*. 2. ed. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A

ANEXOS

ANEXO A

Proposta de Resolução de Cota na UFRGS